



2013

RELATÓRIO
& CONTAS



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	6		
2. ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	12		
2.1. Oferta de Estacionamento na Via Pública	12		
2.2. Atividade de Fiscalização	16		
2.3. Oferta de Estacionamento em Parques	18		
2.4. Atividade Contra-Ordenacional	20		
2.5. Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC's) e Túneis	22		
3. ATIVIDADE COMERCIAL E PROVEITOS	26		
3.1. Principais aspetos da Atividade Comercial	26		
3.2. Gestão das Reclamações e contato com os cidadãos	27		
3.3. Evolução dos Proveitos	28		
4. ATIVIDADES NO ÂMBITO DA MOBILIDADE E NOVOS PROJETOS	32		
4.1. Novos projetos de Mobilidade	32		
4.2. Prémios e projetos Internacionais	33		
4.3. Participação em conferências e eventos	34		
4.4. Parcerias Internacionais	34		
5. RECURSOS HUMANOS	38		
6. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	42		
6.1. Sustentabilidade Ambiental	42		
6.2. Contributo para a Economia Nacional e Responsabilidade Social	43		
6.3. Outras Atividades de responsabilidade social	43		
7. INVESTIMENTO	46		
8. SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA	50		
9. FATOS RELEVANTES	53		
10. PERSPETIVAS FUTURAS	56		
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	57		
12. NOTAS FINAIS	60		
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO	64		
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
13.1. Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2013	64		
13.2. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2013	67		
13.3. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2013	69		
13.4. Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2013	69		
13.5. Anexos às Demonstrações Financeiras Individuais	70		
📍 Nota introdutória			
📍 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras			
📍 Principais políticas contabilísticas			
📍 Fluxos de caixa			
📍 Ativos fixos tangíveis			
📍 Propriedades de investimento			
📍 Ativos intangíveis			
📍 Ativos e passivos por impostos diferidos			
📍 Inventários			
📍 Clientes			
📍 Estado e outros entes públicos			
📍 Diferimentos			
📍 Instrumentos de capital próprio			
📍 Reserva legal			
📍 Resultados transitados			
📍 Financiamentos obtidos			
📍 Fornecedores			
📍 Outras contas a pagar			
📍 Rédito			
📍 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
📍 Fornecimentos e serviços externos			
📍 Gastos com o pessoal			
📍 Outros rendimentos e ganhos			
📍 Outros gastos e perdas			
📍 Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
📍 Imposto sobre o rendimento			
📍 Partes relacionadas			
📍 Outras divulgações			
📍 Eventos subsequentes			
📍 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras			
14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	100		
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO			

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

BAIRROS HISTÓRICOS
BAIRRO ALTO
SANTA CATARINA/
BICA



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

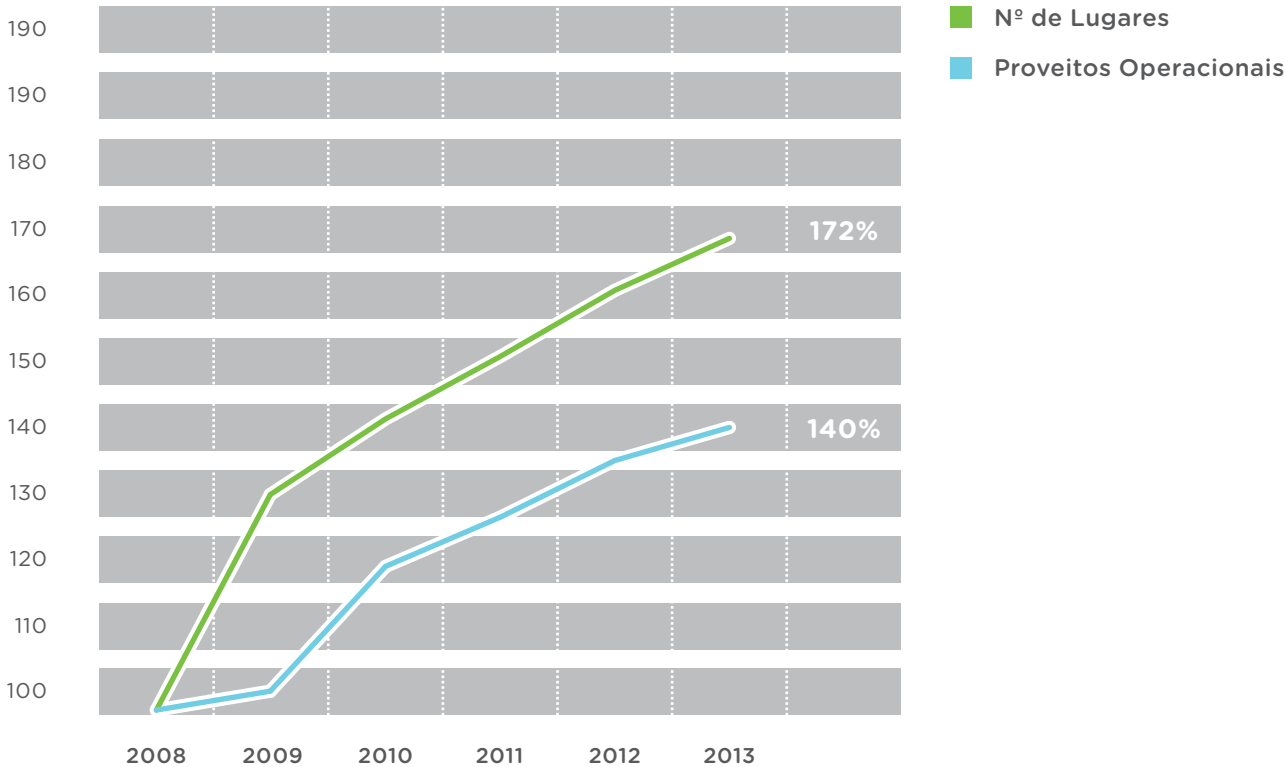
A economia portuguesa viveu nos últimos anos o seu ciclo depressivo mais prolongado desde a instauração do regime democrático, com sucessivas quedas reais do produto nacional, forte aumento do desemprego e quebra generalizada dos rendimentos, originando uma crise social que afetou a confiança e as expetativas dos agentes económicos e das famílias. O ano de 2013 não escapou a este quadro evolutivo, embora se tenham vislumbrado alguns tímidos sinais de retoma no segundo semestre.

Em contra-ciclo com esta evolução nacional, a EMEL regista desde 2009 uma trajetória de desenvolvimento e crescimento da atividade, com forte influência positiva na sua capacidade de produção de resultados e na sua situação patrimonial e financeira.

Esse ciclo virtuoso foi essencialmente suportado por três ordens de fatores, a expansão da oferta de lugares geridos, a modernização tecnológica dos equipamentos e dos sistemas de informação e de gestão e o aumento da produtividade.

A expansão do número de lugares geridos, 72% na via pública e 53% em parques de estacionamento, de par com a maior efetividade da fiscalização, permitiram um forte incremento dos Proveitos que se situou em cerca de 40% nos últimos cinco anos e que atingiu 4 %, em variação homóloga, em 2013.

INDICADORES OPERACIONAIS ÍNDICE DE BASE 100-2008



A modernização tecnológica vem sendo afirmada em três vetores fundamentais, com forte expressão em 2013:

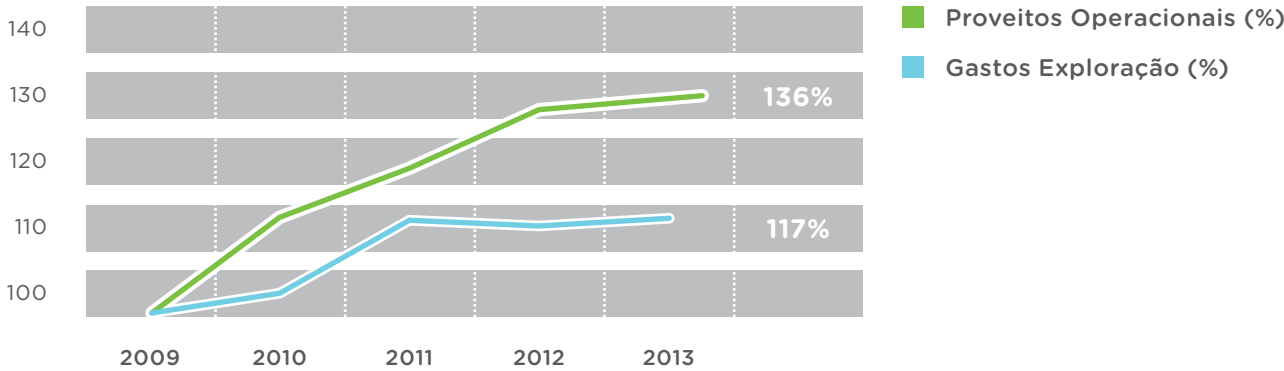
- De renovação integral dos sistemas de informação e de gestão, nos planos operacional e económico-financeiro, viabilizando a gestão centralizada e em tempo real de todas as atividades da empresa;
- De construção de uma nova arquitetura informática, integradora de todas as funções, adequada às tecnologias de gestão adotadas e aos novos produtos de mobilidade e meios de pagamento e incorporando uma filosofia de maior proximidade aos clientes, no seu múltiplo relacionamento com a empresa;
- De renovação e substituição dos equipamentos operacionais por outros mais evoluídos tecnologicamente, preparados para prestar a informação de gestão necessária, e em conformidade com o sistema de bilhética dos transportes urbanos da cidade.

A aposta no crescimento da produtividade tem vindo a ser obtida sobretudo à custa do forte aumento do *ratio* “lugares / Agentes de Fiscalização” e da opção, testada em 2013 e a ser desenvolvida ao longo deste ano, por novas tecnologias de fiscalização. De fato, o permanente incremento do número de residentes registados, a um ritmo superior ao verificado nos lugares de estacionamento disponíveis (no final de 2013, o *ratio* “dísticos de residente / número de lugares” era de 1,11), e a projetada introdução da opção de pagamento do estacionamento por *Smartphone*, justificam a introdução da tecnologia de fiscalização por matrícula, que deverá ocorrer no segundo semestre de 2014.

Nº DE LUGARES POR FISCAL	2010	2011	2012	2013
Nº de Lugares	37.345	40.233	43.406	45.761
Nº de Fiscais:	159	154	150	145
- dos quais fiscais apeados:	62	53	52	48
Nº de Lugares por fiscal apeado	602	759	835	953

O crescimento da atividade tem vindo a ser acompanhado de um forte esforço de contenção de custos em todos os fatores de produção, viabilizando um diferencial positivo progressivamente crescente entre os ritmos de crescimento dos “proveitos operacionais” e dos “custos”.

PROVEITOS VS. GASTOS
ÍNDICE DE BASE FIXA 2009=100

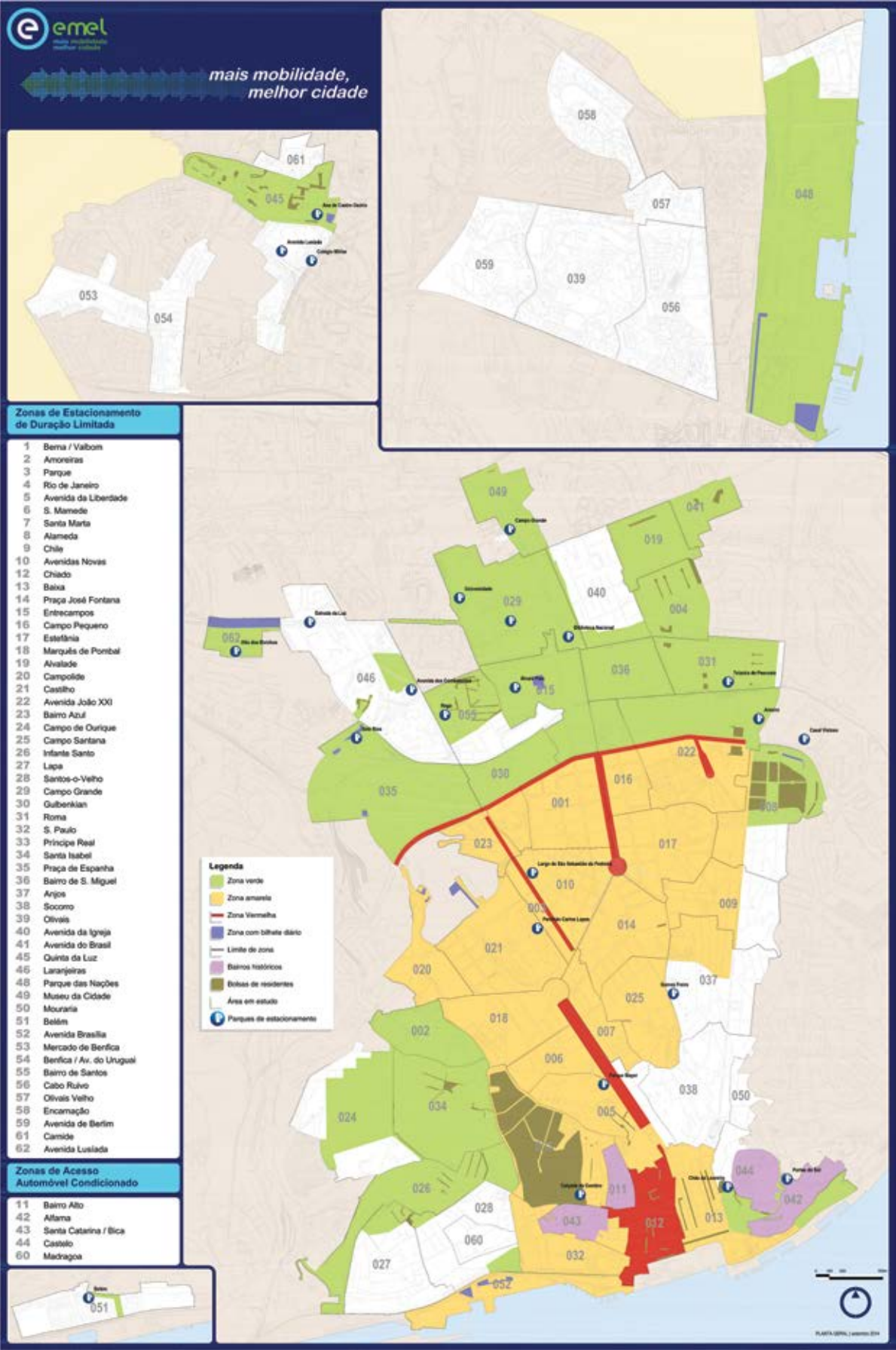


Deste modo, a EMEL tem vindo a aumentar progressivamente a sua capacidade de produção de resultados líquidos - fruto dessa convergência de impactos positivos, quer de aumento de proveitos quer de contenção de custos - que em 2013 atinge o valor de cerca de 2,218 milhões de euros, permitindo um volume de meios libertos que representa cerca de 8,4% dos proveitos.

Esta performance da empresa viabilizou uma progressiva melhoria da situação patrimonial e financeira, com a redução progressiva e consistente do endividamento bancário, a definição de um nível elevado de capital social e a construção de equilíbrios invejáveis no seu Balanço.

No final de 2013, o volume de capitais próprios era cerca de quatro vezes o endividamento bancário e cobria em mais de 41% o ativo líquido.

Finalmente, é devida uma palavra à projeção externa da empresa, expressa nas parcerias de cooperação que a EMEL desenvolve nas cidades da Praia e em Luanda. Também em Maputo, na sequência de um Acordo de Cooperação assinado com o Conselho Municipal de Maputo, a EMEL elaborou, na parte final do ano, um dossier de implementação de um sistema de gestão do estacionamento na cidade, envolvendo os aspetos legislativos, regulamentares, empresariais e económico-financeiros, que foi aprovado pela referida autoridade municipal.

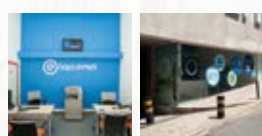


Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

2. ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

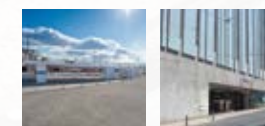
LOJA EMEL
CALÇADA DO COMBRO

CALÇADA DO COMBRO,
70 A 78



PARQUE DE ESTACIONAMENTO
CALÇADA DO COMBRO

CALÇADA DO COMBRO,
70 A 78





2. ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Em 2013 a empresa seguiu a linha estratégica dos últimos anos, com forte investimento no aumento da oferta de lugares de estacionamento na via pública, em parques e na melhoria tecnológica dos processos de trabalho, o que a par da manutenção do número de trabalhadores afetos à fiscalização permitiu ganhos consideráveis de produtividade.

2.1 OFERTA DE ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA

Desde 2009 que se assiste a um aumento acentuado da oferta de lugares, com um crescimento acumulado de 72%, situando os lugares geridos em cerca de 45.700.

Em 2013, o número de lugares na via pública aumentou 2.387 lugares (cerca de 5%), dos quais 361 relativos a bolsas de residentes.

No que se refere à expansão de lugares, foram abrangidas as seguintes zonas da cidade:

- Príncipe Real (Zona 033), reativação de 89 lugares, dos quais 25 para residentes, com a colocação de 4 parquímetros;
- Quinta da Luz - (Zona 045), mais 14 lugares e 2 parquímetros, correspondendo ao reordenamento de estacionamento executado pela CML na Quinta do Bom Nome;
- Quinta da Luz - (Zona 045), 81 lugares, com o modelo de bilhete diário, envolvendo a colocação de 1 parquímetro (reativação)
- Belém (Zona 051) mais 128 lugares e 4 parquímetros;
- Estefânia (Zona 017), reativação de 71 lugares e 1 parquímetro;
- Laranjeiras (Zona 046) mais 454 lugares, dos quais 122 para residentes, com a colocação de 11 parquímetros;
- Av.ª da Liberdade (Zona 005) reativação de 72 lugares com a colocação de 3 parquímetros;
- Av.ª de Roma (Zona 031) extensão à Av.ª Estados Unidos da América, mais 199 lugares e 6 parquímetros;
- Infante Santo (fecho da Zona 026) mais 513 lugares, dos quais 186 para residentes e 18 parquímetros;
- Lapa (Zona 027) mais 64 lugares, dos quais 28 para residentes e 2 parquímetros;
- Santos-o-Velho (Zona 028), 36 lugares e 2 parquímetros;
- Av.ª Lusíada (Zona 062) mais 666 lugares e 23 parquímetros.

Na Zona 035 - Praça de Espanha foi ainda introduzido o bilhete diário em 125 lugares, solução já praticada na Praça General Humberto Delgado.

Foram ainda acrescentados mais 421 lugares, libertados após a finalização de algumas obras e resultantes de alterações de sinalização.

Durante o ano de 2013 foram eliminados 453 lugares de estacionamento por motivos de obras, parques de motos e alteração de circulação e de sinalização diversa (parques privativos, cargas e descargas, tomadas e largadas de passageiros) promovidas pela CML.

No final do ano, a EMEL geria 45.761 lugares de estacionamento tarifado na via pública, distribuídos pelas seguintes zonas:

ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA									
ZONA	NOME	2012				2013			
		LUGARES	PARQUÍMETROS	DISTICOS	RÁCIO	LUGARES	PARQUÍMETROS	DISTICOS	RÁCIO
1	Berna/Valbom	1.617	75	1.857	1,15	1.647	75	1.923	1,17
2	Amoreiras	426	22	424	1,00	426	22	421	0,99
3	Parque	447	22	290	0,65	435	22	316	0,73
4	Rio de Janeiro	1.036	34	1.240	1,20	1.035	34	1.301	1,26
5	Av. Liberdade	704	45	658	0,93	778	46	691	0,89
6	S. Mamede	580	34	380	0,66	567	34	388	0,68
7	Santa Marta	461	25	449	0,97	443	25	471	1,06
8	Alameda	1.612	57	2.373	1,47	1.613	58	2.468	1,53
9	Chile	1.002	41	1.341	1,34	1.011	41	1.400	1,38
10	Avenidas Novas	1.597	77	1.310	0,82	1.595	76	1.349	0,85
12	Chiado	547	33	466	0,85	549	33	559	1,02
13	Baixa	794	28	945	1,19	783	28	876	1,12
14	Pç. J. Fontana	956	42	1.053	1,10	949	42	1.101	1,16
15	Entrecampos	1.588	58	838	0,53	1.594	58	937	0,59
16	Campo Pequeno	1.013	36	1.165	1,15	1.017	36	1.190	1,17
17	Estefânia	1.184	58	1.452	1,23	1.309	57	1.538	1,17
18	Marquês de Pombal	840	38	981	1,17	841	38	1.062	1,26
19	Alvalade	1.169	39	1.050	0,90	1.169	39	1.066	0,91
20	Campolide	223	9	249	1,12	223	9	279	1,25
21	Castilho	1.261	40	849	0,67	1.255	40	853	0,68
22	João XXI	3.632	134	3.823	1,05	3.613	133	3.934	1,09
23	Bairro Azul	692	21	683	0,99	669	21	761	1,14
24	Campo Ourique	2.158	108	4.219	1,96	2.158	108	4.207	1,95
25	Campo Santana	848	38	1.143	1,35	848	38	1.162	1,37
26	Infante Santo	902	39	1.328	1,47	1.418	56	2.153	1,52
27	Lapa	271	7	380	1,40	351	9	399	1,14
28	Santos	107	5	94	0,88	132	7	240	1,82
29	Campo Grande	475	21	169	0,36	475	21	166	0,35
30	Gulbenkian	507	19	380	0,75	508	19	398	0,78
31	Roma	1.316	50	1.880	1,43	1.487	56	2.128	1,43

ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA									
ZONA	NOME	2012				2013			
		LUGARES	PARQUÍMETROS	DISTICOS	RÁCIO	LUGARES	PARQUÍMETROS	DISTICOS	RÁCIO
32	São Paulo	922	38	752	0,82	923	38	723	0,78
33	Príncipe Real	1.289	42	2.526	1,96	1.380	46	2.700	1,96
34	Santa Isabel	1.083	48	1.700	1,57	1.079	48	1.810	1,68
35	Praça de Espanha	1.238	45	684	0,55	1.217	45	707	0,58
36	Bairro S. Miguel	1.020	29	1.340	1,31	1.021	29	1.389	1,36
37	Anjos	550	22	743	1,35	557	22	775	1,39
40	Igreja	573	20	752	1,31	574	20	822	1,43
41	Av. Brasil	939	32	852	0,91	939	32	924	0,98
45	Quinta da Luz	1.668	28	1.904	1,14	1.891	30	2.003	1,06
46	Laranjeiras	0	0	0	0,00	449	11	0	0,00
48	Parque Nações	1.754	98	488	0,28	1.754	98	535	0,31
49	Museu da Cidade	241	13	52	0,22	226	12	68	0,30
51	Belém	0	0	0	0	129	4	0	0,00
62	Av. Lusíada	0	0	0	0	610	22	0	0,00
SUBTOTAL		41.242	1.670	45.262	1,10	43.647	1.738	48.193	1,10

BAIRROS HISTÓRICOS									
11	Bairro Alto	112	0	529	529	111	0	520	598
42	Alfama	215	0	638	638	215	0	733	787
43	Stª. Catarina	105	0	612	612	93	0	660	683
44	Castelo	184	0	661	661	149	0	721	752
SUBTOTAL		616	0	2.440	2.440	568	0	2.634	2.820

CONTRATOS PARTICULARES DE EXPLORAÇÃO									
21	Palácio da Justiça	296	5	0	0	296	5	0	0
29	C. Universitaria	494	24	0	0	453	23	0	0
52	Av. Brasília	758	20	0	0	797	20	0	0
SUBTOTAL		1.548	49	0	0	1.546	48	0	0

TOTAL		43.406	1.719	47.702	1,10	45.761	1.786	50.827	1,11
-------	--	--------	-------	--------	------	--------	-------	--------	------

Em 2013 a empresa elaborou estudos e projetos de *layout* em diferentes zonas da via pública na sua área concessionada e em parques de estacionamento, nomeadamente:

- Benfica: Envolvente ao Mercado, Rua Nina Marques Pereira e eixo Av.ª Uruguai/Rua Prof. Santos Lucas;
- Carnide;
- Laranjeiras;
- Belém;
- Parque de estacionamento no Bairro Alto e em Arroios.

Para além do investimento efetuado na expansão da oferta de lugares de estacionamento geridos, a empresa procedeu ao reforço da pintura de 1.370 lugares de estacionamento na via pública e de 340 lugares nos parques de estacionamento.

Foram as seguintes zonas e parques os que beneficiaram desse reforço de pintura:

Zonas:

- Amoreiras (Zona 002)
- Av.ª da Liberdade (Zona 005)
- S. Mamede (Zona 006)
- Entrecampos (Zona 015)
- Campo Pequeno / Estefânia (Zonas 016 e 017)
- Bairro Azul (Zona 023)
- Av. Brasília (zona 052)

Parques:

- Entrecampos

Foram ainda efetuadas alterações de sinalização vertical em diversas zonas em exploração, devido a alterações de horário decorrentes do novo Regulamento de Estacionamento na via pública e devido ao reajustamento de bolsas de estacionamento tarifado, por motivo de obras e de alterações de circulação e de sinalização diversa (parques privativos, cargas e descargas, tomadas e largadas de passageiros) promovidas pela CML. No âmbito do serviço de apoio ao Cidadão foi elaborado, em colaboração com a CML, o levantamento dos lugares exclusivos a pessoas com mobilidade reduzida, sem matrícula atribuída, com vista ao reforço da sinalização destes lugares.

Foi ainda prestado apoio à CML na elaboração das novas plantas que integram o Novo Regulamento na Cidade.

2.2
ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

A estratégia seguida nos últimos anos de introdução de novos métodos de fiscalização e de gestão de estacionamento, a par com o investimento em inovação tecnológica, tem permitido a expansão da área gerida (aumento do número de lugares de 5,4% face a 2012) sem aumento do número de fiscais na rua. Apesar do forte aumento da área gerida verificado nos últimos 5 anos, de cerca de 72%, o número de agentes de fiscalização tem, tendencialmente, reduzido de ano para ano.

Desta forma tem sido possível manter, tal como nos últimos anos, ganhos de produtividade na atividade de fiscalização. A consequência destas melhorias traduz-se numa clara redução do incumprimento das regras de estacionamento, tanto no espaço tarifado como fora deste - no aumento da receita média por lugar e por dia - importando salientar que os novos lugares resultantes da expansão são maioritariamente da coroa verde (de menor custo horário).

Em 2013, a par da expansão geográfica, continuou-se com a introdução de novos parquímetros, mais modernos e evoluídos, que possibilitam, nomeadamente, a diversificação dos meios de pagamento e a centralização da informação das vendas, fundamental a uma gestão eficiente dos meios de fiscalização.

A ação fiscalizadora da EMEL caracterizou-se por uma redução significativa do número de denúncias emitidas, demonstrando que a atividade da fiscalização está bastante efetiva e que está a ser efetuado o respetivo pagamento do estacionamento na via pública.

16 Ainda neste ano, deu-se um aumento nas equipas de bloqueadores, e consequentemente denota-se um ligeiro acréscimo no número de bloqueios e remoções, com impacto direto no número de infrações presentes na via pública.

O mapa seguinte apresenta a evolução dos indicadores da atividade de fiscalização exercida pela empresa, em 2013.

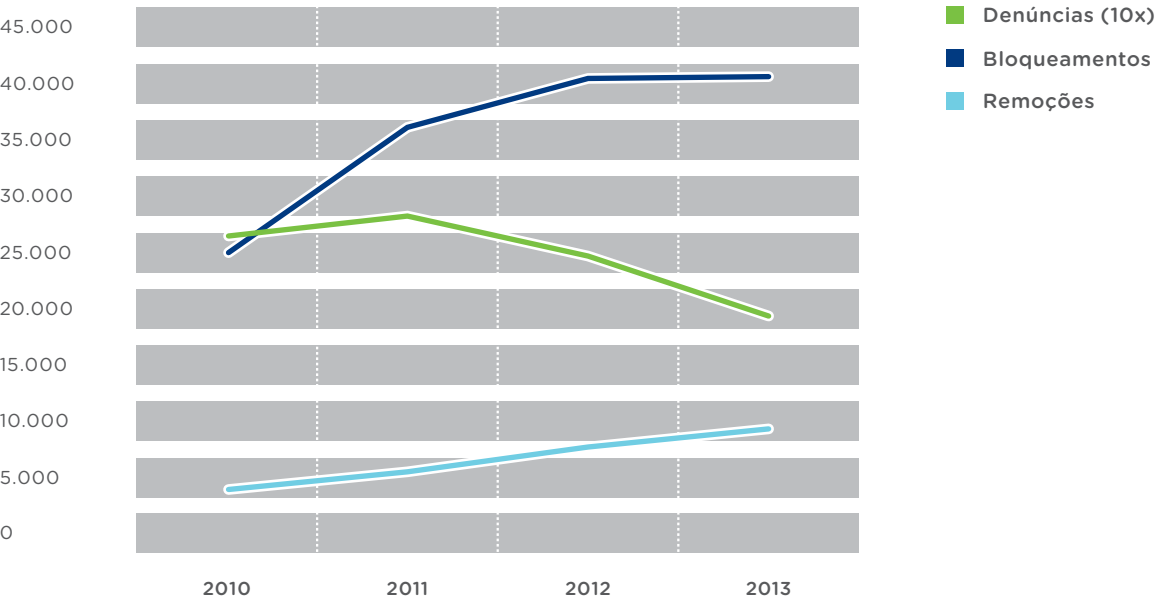
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO 2010/2013	2010	2011	2012	2013
Avisos Spark	814.898	907.053	874.746	698.599
Denúncias + Avisos EMEL	276.755	279.743	250.260	212.204
Bloqueios	26.029	33.597	40.498	40.826
Remoções	5.997	7.524	9.085	10.260

A crescente eficácia do processo contra-ordenacional, acompanhada pela maior efetividade da fiscalização contribuíram para incrementar a atitude de pagamento da parte dos clientes, expressa no progressivo aumento da “receita média lugar dia”, em contraponto com a redução do número de denúncias.

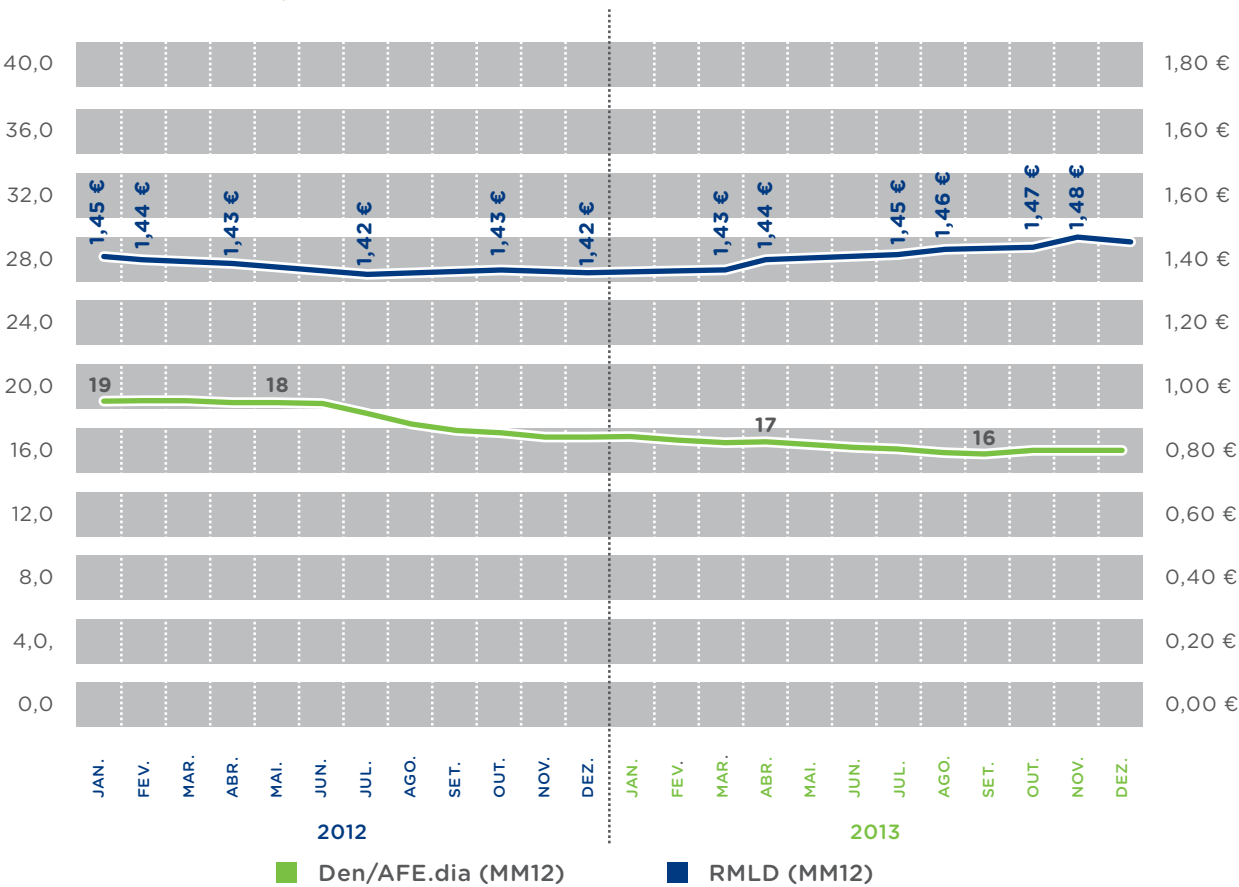


Agente de fiscalização EMEL

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO 2010-2013



RMLD E OPERAÇÕES APEADAS FISCAL.DIA (MM12)



No futuro imediato a empresa enfrentará ainda um poderoso desafio de produtividade, que determina as opções por novas tecnologias de fiscalização menos intensivas em pessoal, que deverão ser testadas ao longo do segundo semestre deste ano.

2.3 OFERTA DE ESTACIONAMENTO EM PARQUES

No ano de 2013 registou-se um aumento da oferta de lugares de estacionamento em parques, em cerca de 7%, correspondendo a mais 279 lugares, seguindo a linha orientadora da EMEL na procura de soluções de estacionamento fora da via pública.

Este crescimento deveu-se à abertura do parque do Alto dos Moinhos o que a par do alargamento da área de fiscalização de estacionamento na via pública, permitiu criar melhores condições de mobilidade a moradores e visitantes dessa zona.

PARQUES DE ESTACIONAMENTO	Nº DE LUGARES					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Avenida Lusíada	92	92	92	92	92	92
Areeiro	180	180	180	180	180	180
Universidade	225	225	225	225	225	225
Biblioteca Nacional	117	117	117	117	117	117
Sete Rios	110	110	110	110	110	110
Avenida do Colégio Militar	415	415	415	415	415	415
Largo do Corpo Santo	140	-	112	112	112	-
Pavilhão Carlos Lopes	218	218	218	218	218	218
Estrada da Luz	98	98	98	98	98	98
Rua Gomes Freire	130	130	130	130	130	125
Avenida Álvaro Pais	-	255	255	255	255	255
Avenida dos Combatentes	155	155	155	155	155	155
Calçada do Combro	233	250	250	250	250	250
Campo Grande	192	196	196	196	196	196
Parque Mayer	190	182	130	140	140	90
Portas do Sol	150	150	150	150	150	150
Rua Teixeira de Pascoais	108	108	108	108	108	108
Mercado Chão do Loureiro	-	-	-	196	196	196
Complexo do Casal Vistoso	-	-	-	156	156	138
Santos-Rio	-	-	-	207	-	-
Reitoria - Cidade Universitária	-	-	-	-	629	629
Belém I	-	-	-	-	-	76
Alto dos Moinhos	-	-	-	-	-	279
Largo de São Sebastião	-	-	-	-	-	28
Ana de Castro Osório	-	-	-	-	-	79
Santa Barbara	18	18	18	18	18	18
TOTAL	2.771	2.899	2.959	3.528	3.950	4.227

A gestão moderna dos parques de estacionamento constitui igualmente um aspeto essencial da empresa.

Em 2013 foram lançados vários concursos e procedimentos, num valor global acima dos 1,1 milhões de euros, tendo em vista o acompanhamento da modernização e expansão tecnológica em curso na empresa e visando substituir todo o equipamento de gestão do parques, expresso em dois programas de Investimento fundamentais:

- Com um valor de investimento de cerca 700 mil euros, a centralização dos parques visa dar continuidade ao projeto-piloto implementado com sucesso no parque da Calçada do Combro. Este projeto tem como objetivo capacitar os parques EMEL com sistemas de monitorização de ocorrências e alarmes, vídeo-vigilância e gestão operacional remota, a partir do centro de controlo operacional da empresa (CCO).
- Foi também lançado um concurso internacional, tendo em vista a substituição dos equipamentos mais antigos de controlo de acesso aos parques, cujo tempo médio de vida ultrapassa os 10 anos, com um valor de investimento de cerca de 400 mil euros.

Esta renovação permitirá criar condições para a exploração dos parques de forma mais eficiente, com menores custos de manutenção e com capacidades adicionais de integrações com os sistemas de informação e *reporting* da empresa, permitindo um acompanhamento em tempo real da atividade de todos os parques.

Para além do já referido, este investimento pretende também, dar resposta à necessidade de alargar a novas localizações a utilização do cartão Vivaparking, o cartão de estacionamento pré-pago da EMEL para utilização em parques e parquímetros, e criar novas condições de oferta comercial comum ao universo dos parques.

Ainda em 2013 foram lançadas as bases para uma renovação da imagem dos parques, que procura uma uniformização e homogeneização do seu visual, procurando fortalecer a relação com os seus clientes.

Numa atividade que defronta alguma concorrência, é importante referir o aumento da “receita média lugar dia”, para o qual contribui o aumento da procura do estacionamento nos parques verificado no ano. Merecem igualmente relevo as receitas resultantes dos arrendamentos dos espaços comerciais existentes em alguns parques de estacionamento (Portas do Sol, Chão do Loureiro e Calçada do Combro), numa política de valorização de ativos patrimoniais que a empresa vem prosseguindo.

PARQUES DE ESTACIONAMENTO - RMLD	2010	2011	2012	2013
Receita Média Lugar Dia	4,7	4,1	4,1	4,5

2.4 ATIVIDADE CONTRA-ORDENACIONAL

Esta é uma área em que a EMEL registou uma evolução muito positiva, em resultado, em grande parte, de alterações orgânicas e de procedimentos internos, da introdução de novas metodologias e de aperfeiçoamentos informáticos e do estabelecimento de relações mais fluídas com a ANSR - entidade encarregada do desenvolvimento do processo contra-ordenacional.

Deste modo, foi possível obter ganhos consideráveis de eficiência interna e, ao mesmo tempo, de eficácia do processo contra-ordenacional, que viabilizaram o aumento do valor das coimas recebidas, a significarem, em 2013, 7% dos Proveitos.

Do valor global das coimas cobradas, 35% são arrecadadas diretamente pela EMEL, sendo o restante resultante da atividade desenvolvida pela ANSR.

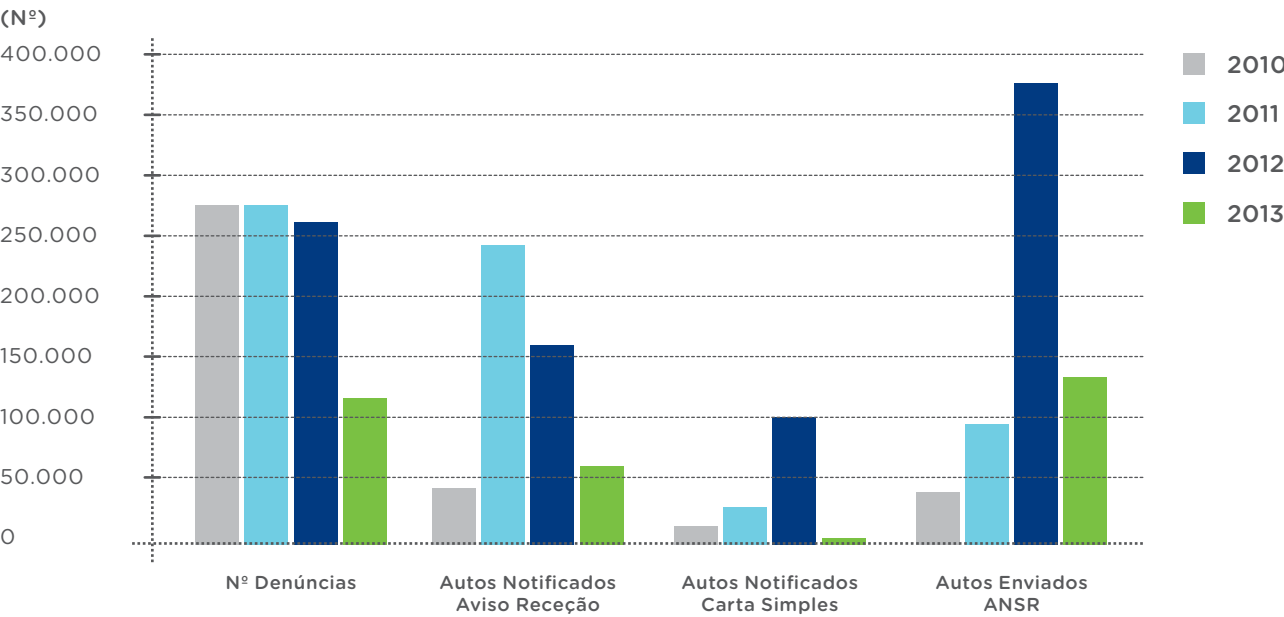
	2013
Nº Denúncias	130.000
Nº Denúncias cobradas pela EMEL	46.000
Nº Denúncias cobradas pela ANSR	20.000

	2010	2011	2012	2013
Valor entregue pela ANSR à EMEL	452.438 €	129.721 €	48.524 €	352.441 €
Valor entregue pela EMEL à ANSR	50.119 €	202.522 €	607.096 €	275.163 €
Valor entregue pela EMEL ao IGCP	175.415 €	708.817 €	1.969.429 €	963.093 €

Em 2013 o valor cobrado pela EMEL, em contra-ordenações foi cerca de 3 milhões de euros.

É igualmente importante referir o volume global de recursos provenientes das coimas que a EMEL transfere para o Estado central e que atingiu 1 238 milhares de euros em 2013.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DE CONTRA-ORDENAÇÕES



2.5 ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO (ZAAC’S) E TÚNEIS

A gestão das ZAAC’s continua a ser uma tarefa de grande dificuldade e de custo elevado.

Na sequência do teste piloto promovido em 2012, a EMEL introduziu em 2013 um novo sistema de controlo de acessos remoto, permitindo junto dos residentes uma maior flexibilidade das entradas e saídas nas suas respetivas zonas de residência.

Na zona condicionada de Santa Catarina foram colocados mais dois acessos, por forma a melhorar as entradas e saídas dos residentes. Estes novos acessos estarão a funcionar a partir de 2014.

Durante o ano de 2013 foram feitas negociações e todo o trabalho preparatório para a abertura de mais uma zona de acesso condicionado a residentes, agora na zona da Madragoa.

Apesar de esta ser uma tarefa com elevados custos associados, é essencial para manter boas condições de acessos nas zonas históricas da cidade.

A atividade de gestão dos Bairros Históricos caracterizou-se pelos seguintes indicadores:

MOVIMENTOS NAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO - 2013					
BAIRROS	ENTRADAS		ENTRADAS		TOTAL
	ACIONADO PELO OPERADOR	%	ACIONADO PELO UTILIZADOR	%	
Alfama	93.228	57%	70.176	43%	163.404
Bairro Alto	81.960	55%	66.216	45%	148.176
Castelo	103.932	62%	64.716	38%	168.648
Sta Catarina / Bica	61.248	63%	35.424	37%	96.672
TOTAL	340.368	59%	236.532	41%	576.900

MOVIMENTOS NAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO - 2013					
BAIRROS	SAÍDAS		SAÍDAS		TOTAL
	ACIONADO PELO OPERADOR	%	ACIONADO PELO UTILIZADOR	%	
Alfama	5.484	8%	66.432	92%	71.916
Bairro Alto	144	0%	49.344	100%	49.488
Castelo	2.388	4%	55.632	96%	58.020
Sta Catarina / Bica	24	0%	43.296	100%	43.320
TOTAL	8.040	4%	214.704	96%	222.744

Nota: A partir deste ano estão a ser contabilizadas as entradas e saídas apenas acionadas pelo operador ou pelo utilizador.

	2010	2011	2012	2013
Entradas	1.227.541	1.255.251	1.697.580	576.900
Saídas	1.221.392	1.251.474	1.542.192	222.744
Acidentes	852	939	959	934

A EMEL continua a executar as tarefas de gestão e controlo do tráfego do túnel da Av. João XXI, sem grandes incidentes a registar.



Bairro Histórico Santa Catarina/Bica

3. ATIVIDADE COMERCIAL E PROVEITOS

ZONA DE BILHETE DIÁRIO
PALÁCIO DA JUSTIÇA
(ZONA 021/CASTILHO)



LOJA EMEL
PINHEIRO CHAGAS

RUA PINHEIRO CHAGAS, 19 A
1050-174 LISBOA



3. ATIVIDADE COMERCIAL E PROVEITOS

3.1 PRINCIPAIS ASPETOS DA ATIVIDADE COMERCIAL

Durante 2013 foi renovada a imagem do título de estacionamento pré-comprado – “raspadinhas” – assim como a sua embalagem e foram criadas as condições para relançar a sua utilização.

Tendo sido descontinuado, pelo fabricante, o equipamento “SmartPark”, a EMEL continua a comercializar os cartões para os equipamentos em uso até que o novo sistema de pagamento por *Smartphone* seja operacionalizado.

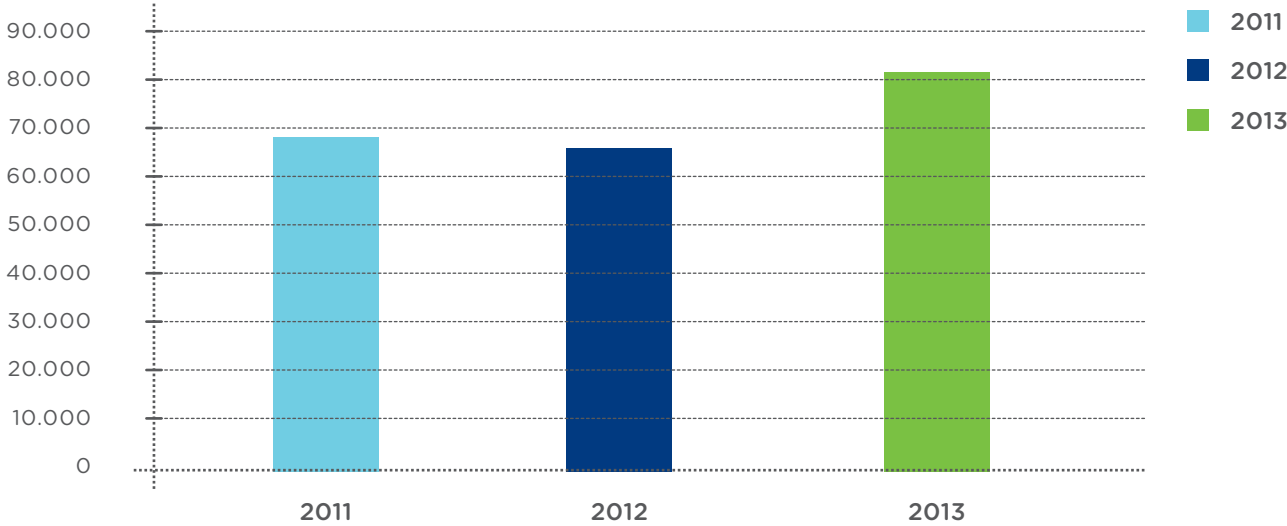
Foi também introduzida a oferta de produtos para aumentar a qualidade de serviço ao cliente, como sendo: alcoolímetros, reparador de furos, guarda-chuva, entre outros.



3.2 GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES E CONTATO COM OS CIDADÃOS

Fruto da expansão de área gerida, verificou-se um aumento nos atendimentos, sempre necessários para a emissão de dísticos de residentes. Deve realçar-se a prática já corrente de mobilização de pessoal da empresa para as zonas – sempre que possível, nas instalações das respetivas Juntas de Freguesia – objeto de expansão, com o objetivo de tornar mais cómoda e rápida a obtenção dos referidos dísticos de residente ou comerciante.

ATENDIMENTOS



Loja EMEL, Pinheiro Chagas

3.3 EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS

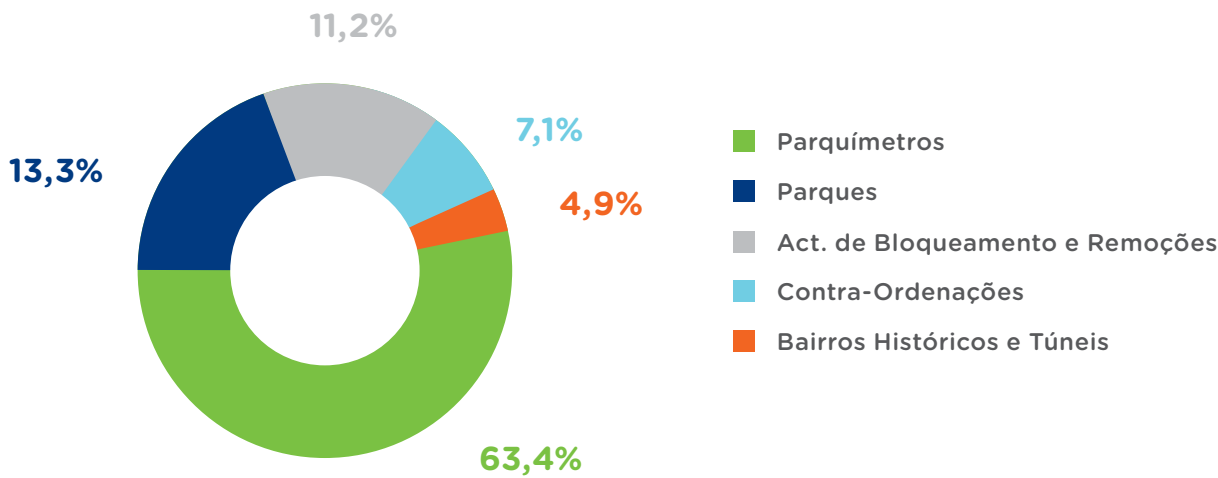
O total dos proveitos operacionais da empresa superou os 26,7 milhões de euros, um incremento de cerca de 4%, fruto sobretudo do aumento da área de exploração.

A evolução dos Proveitos registou diferentes incrementos nas suas principais componentes, mas continuando a reforçar o peso da atividade de gestão e fiscalização do estacionamento na via pública e nos Parques:

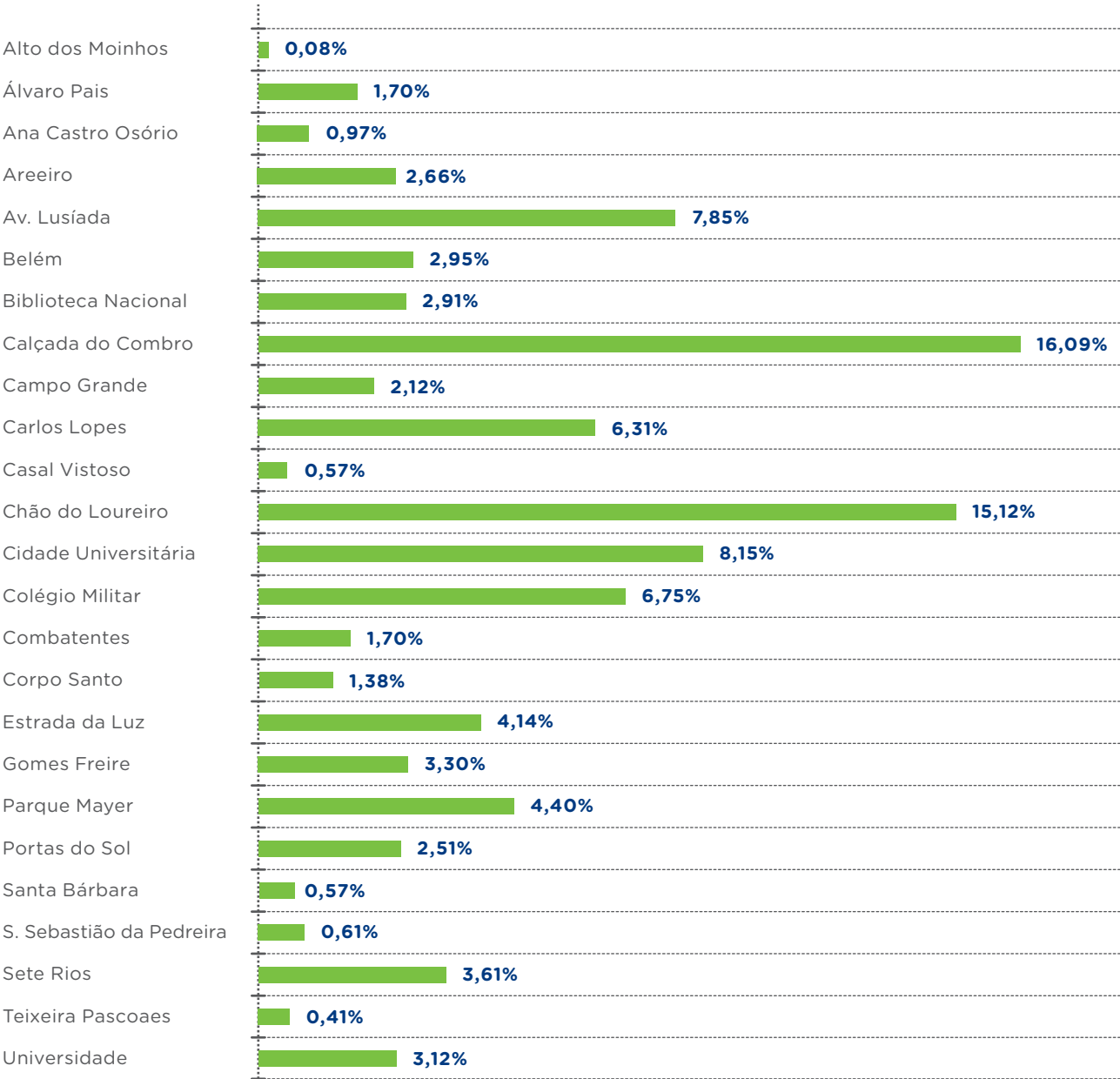
- Parquímetros: 16.977 mil euros (+ 5 %);
- Bloqueios, Reboques: 2. 995 mil euros (+ 10 %);
- Parques de Estacionamento: 3.568 mil euros (+ 8 %);
- Contra-Ordenações: 1.905 mil euros (menos 3 %);
- Outros Proveitos Operacionais: 1.314 mil euros (menos 15 %).

O valor total dos proveitos diretamente provenientes do pagamento de estacionamento, cifrou-se em 20,5 milhões de euros e inclui: os proveitos de parquímetros (16,9 milhões de euros, dos quais 174 mil euros resultam de títulos de estacionamento pré-comprados e 81 mil euros do novo meio de pagamento Smart Park) e dos parques de estacionamento (3,6 milhões de euros).

PESO DOS PRINCIPAIS PROVEITOS OPERACIONAIS - 2013



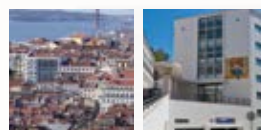
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL NAS RECEITAS DOS PARQUES (%) - 2013



4. ATIVIDADES NO ÂMBITO DA MOBILIDADE E NOVOS PROJETOS

PARQUE DE ESTACIONAMENTO
CHÃO DO LOUREIRO

LARGO DA ATAFONA E CALÇADA
MARQUÊS DE TANCOS



ELEVADOR PÚBLICO
CHÃO DO LOUREIRO

LARGO DA ATAFONA E CALÇADA
MARQUÊS DE TANCOS



pingo doce



ELEVADOR CASTELO



4. ATIVIDADES NO ÂMBITO DA MOBILIDADE E NOVOS PROJETOS

4.1 NOVOS PROJETOS DE MOBILIDADE

O ano de 2013 foi caracterizado pela implementação de novos projetos na área da Mobilidade pedonal, de que se destaca a entrada em funcionamento do elevador público na rua dos Fanqueiros, que permite concluir a ligação do percurso pedonal mecanicamente assistido, de acesso ao Castelo de São Jorge.

No âmbito do concurso público para a solução tecnológica de fiscalização dos lugares de Cargas e Descargas, foram realizados testes de avaliação das tecnologias apresentadas pelos concorrentes, sinal que a EMEL representa cada vez mais um papel promotor de soluções técnicas para uma melhor gestão da cidade.



Frota de veículos elétricos

4.2 PRÉMIOS E PROJETOS INTERNACIONAIS

O ano 2013 foi um ano de reconhecimento internacional do trabalho realizado pela EMEL. Mais concretamente, com o inovador modelo de multifuncionalidade do parque de estacionamento do Mercado do Chão de Loureiro, a EMEL recebeu nos Estados Unidos, o primeiro prémio do IPI (International Parking Institute), na categoria de “Melhor projeto de parques de estacionamento com menos de 800 lugares”.

Também a EPA (European Parking Association), reconheceu o projeto do parque do Mercado do Chão do Loureiro, atribuindo-lhe uma menção honrosa especial, após a classificação deste na categoria de Renovação e reabilitação de estruturas de estacionamento.

Foi no início de 2013 que se verificou o arranque do projeto FREVUE com a realização da primeira reunião preparatória em Londres, onde foram definidos os principais pressupostos e objetivos do projeto que passam essencialmente pela verificação e análise das vantagens em utilizar veículos não poluentes em atividades relacionadas com a logística urbana.

Este projeto permitiu à EMEL a aquisição de 5 veículos elétricos, dando assim início à renovação da sua frota comercial, e permitindo ainda, de acordo com os objetivos do projeto, monitorizar a sua utilização quotidiana com o objetivo de comparar o desempenho destes veículos face à utilização de viaturas convencionais.

Foi também neste ano que se iniciou o projeto europeu DOROTHY (Development Of Regional clusters for research and implementation of environmental friendly urban logistics), que tem como principal objetivo: desenvolver o potencial de inovação e de investigação no âmbito da Logística Urbana, onde a EMEL comparticipa com a experiência adquirida em anteriores projetos de gestão e melhoria das condições de mobilidade urbana.

4.3
PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS E EVENTOS

O trabalho da EMEL e sobretudo, o carácter inovador dos projetos que têm sido desenvolvidos tem assumido um papel de especial relevo internacional.

Desta forma, fomos convidados a participar em reuniões e conferências nacionais e internacionais, nomeadamente:

- Reunião da EPA (European Parking Association) em Den-Haag (Holanda), para a discussão sobre a desmaterialização e a fiscalização do estacionamento através do reconhecimento automático de matrículas;
- Workshop em Milão, no âmbito da conferência “City-Tech”, sobre as políticas de gestão do estacionamento na via pública e a introdução de tecnologias de deteção e fiscalização automáticas;
- 4ª Conferência da Mobilidade (organizada pelo Jornal Arquiteturas), para apresentação no painel “Novos projetos de Mobilidade em Duas Rodas” da solução de *bike-sharing* elétrico para Lisboa;
- Conferência EVS27 (27º Electric Vehicles Symposium) e Smart Cities, onde foi realçado o papel da EMEL e da cidade de Lisboa na promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável;
- Conferência da WCTR – World Conference on Transport Research, no Rio de Janeiro, em Julho, para apresentação da EMEL e dos seus sistemas de gestão.

4.4
PARCERIAS INTERNACIONAIS

Fruto do contrato de Prestação de Serviços assinado com a EMEP - Empresa de Estacionamento da Cidade da Praia, em Cabo Verde, foi durante este ano efetuado todo o acompanhamento à implementação do estacionamento tarifado (execução da sinalização vertical e horizontal) na Cidade da Praia.

Dando continuação aos trabalhos de apoio e consultoria técnica das parcerias em curso em Cabo Verde (na cidade da Praia) e em Angola (Baía de Luanda), foi celebrado em 2013 um protocolo de cooperação com o Conselho Municipal de Maputo, Moçambique, através do qual a EMEL assume o desenvolvimento do projeto de implementação do sistema de gestão da mobilidade e estacionamento na cidade de Maputo.

Com esta parceria, a experiência e conhecimento da EMEL no campo da gestão do estacionamento chega aos principais países de língua oficial portuguesa, confirmando o reconhecimento além fronteiras da capacidade e elevada competência técnica da empresa.

5. RECURSOS HUMANOS

BAIRRO HISTÓRICO
ALFAMA





5.

RECURSOS HUMANOS

A política de recursos humanos manteve-se influenciada pelas orientações governamentais e tutelares de caráter restritivo, não só no plano das carreiras, mas também ao nível das condições remuneratórias.

PROVEITOS POR TRABALHADOR	2010	2011	2012	2013
Proveitos Totais	23.286	24.876	25.962	27.278
Nº de Trabalhadores	375	382	380	392
Proveitos por Trabalhador	62,10	65,12	68,32	69,59
Proveitos por Trabalhador (índice base 100=2008)	123%	129%	135%	137%

38

Em 2013 fruto da integração na EMEL da intervenção na zona da Expo, no âmbito do contrato de assistência técnica, foram integrados 12 colaboradores provenientes da Parque Expo e associados ao exercício dessas funções. Foram também internalizados motoristas especializados para a atividade de reboques e bloqueadores, após um largo período de exercício dessas funções, tendo estes movimentos contribuído para o aumento global do número de efetivos verificado no final do ano.

CATEGORIAS (31 DE DEZEMBRO)	2010	2011	2012	2013
Director de Serviços	4	3	3	3
Chefe de Serviços	16	15	14	17
Técnico Superior	16	24	23	24
Técnico e Assistente Técnico	58	52	52	56
Agente de Fiscalização de Estacionamento	159	154	150	145
Assistente Administrativo	43	44	45	40
Operador de Coleta	10	10	10	10
Operador Cobrador de Parques	53	64	62	62
Outros (funções logísticas e administrativas)	16	16	21	21
Motoristas de Reboques e Bloqueadores	-	-	-	14
TOTAL	375	382	380	392

A área de Recursos Humanos centrou muita da sua atividade na implementação dos dois novos programas adotados no início do ano: O Sisqual para a gestão da assiduidade, horários e equipas e o novo programa Sendys, no módulo de processamento de vencimentos e gestão dos recursos humanos. A implementação em simultâneo destes programas, representou para os trabalhadores do setor um esforço continuado de aprendizagem interna e de adequação destes programas às necessidades da empresa.

O programa de formação da empresa abrangeu quase 5 700 horas em 39 ações de formação, de que beneficiaram 511 participantes.

FORMAÇÃO	
REFERÊNCIA	INDICADOR
Volume de formação (em horas)	5690
Nº de colaboradores da EMEL	392
Nº de horas formação/colaborador	14,5
Nº de dias uteis (7,5 horas/dia) de formação	758
Nº total de ações de formação	39
Nº de sessões de formação	108
Nº de participantes	511
Nº de colaboradores que receberam formação em 2013	282

Foi ainda realizada uma intervenção profunda no Anfiteatro da Formação da EMEL, de forma a melhorar as condições para a realização das ações de formação programadas para o ano de 2014.

6.
RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE

PARQUE AUTOMÁTICO
PORTAS DO SOL

BECO STA. HELENA,
MIRADOR PORTAS SOL
ALFAMA



6. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

6.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em 2013 continuaram a ser desenvolvidas ações com o objetivo de potenciar uma maior eficiência energética, e consequentemente reduzir os consumos de energia, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Aquisição para os serviços operacionais de 5 viaturas 100% elétricas. No final do ano de 2013 existiam na frota da EMEL 6 viaturas 100% elétricas, 3 viaturas híbridas e 2 motociclos 100% elétricos;
- Remodelação do sistema de iluminação do Parque de Estacionamento Calçada do Combro, com recurso a lâmpadas fluorescentes de alto rendimento e a um sistema de comando automático baseado em sensores de luminosidade e movimento;
- Instalação de sistemas de correção do fator de potência nos Parques de Estacionamento Calçada do Combro e Teixeira de Pascoaes (anulação dos consumos de energia reativa);
- Continuação da utilização generalizada de lâmpadas de baixo consumo.



Topo do Mercado Chão do Loureiro (Painéis fotovoltaicos)

6.2 CONTRIBUTO PARA A ECONOMIA NACIONAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O contributo para a economia nacional deve ser medido pelo “valor acrescentado bruto” gerado pela atividade da empresa no ano, o qual atingiu cerca de 51% dos seus proveitos, num total ligeiramente superior a 13500 milhares de euros.

Igualmente relevante, o valor total dos fluxos financeiros transferidos para o Estado (impostos, contributos para a segurança social e participações nas coimas recebidas) ficou perto dos 7 milhões de euros (6.958.588 €).

6.3 OUTRAS ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

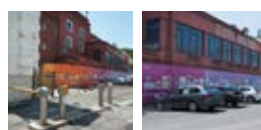
A EMEL desenvolveu também outras atividades no âmbito da responsabilidade social:

- Oferta de cadernos de desenho e caixas de lápis para colorir ao serviço de pediatria do IPO;
- Apoio no Lanche de Natal que reuniu várias famílias carenciadas na Paróquia de Nossa Senhora de Fátima;
- Mini Teatro da Calçada: Foi cedido um rolo de fita bloqueadora para que fizesse parte de uma cena da peça “Auricolérica e Teleufórica”;
- Ajuda de Mãe: Foram cedidas 460 horas em raspadinhas para que os voluntários pudessem desempenhar as suas funções;
- VoArte: Apoio com a atribuição de 2 dísticos que foram utilizados no festival In Shadow;
- DocLisboa: Atribuição de 10 dísticos para serem utilizados pela organização nos dias de festival;
- Projeto Mochila Verde: A EMEL contribui com 500 jogos do estacionamento para ao projeto Mochila Verde. Este projeto está inserido no Lisbon Week;
- Encontro de Quadros: Este ano o encontro de Quadros teve um tema ligado à solidariedade. Todos os convocados estiveram presentes no Lar Maria Droste e fizeram pinturas, reparações e recuperação do edifício e pequenos materiais.

7. INVESTIMENTO

PARQUE DE ESTACIONAMENTO
PARQUE MAYER

PARQUE MAYER,
AV. DA LIBERDADE



PARQUE DE ESTACIONAMENTO
PAVILHÃO CARLOS LOPES

AV. SIDÓNIO PAIS
(PAVILHÃO CARLOS LOPES)



7. INVESTIMENTO

O volume de investimento realizado situou-se em cerca de 2.150 milhares de euros, o que representa uma relativa aceleração em termos homólogos, embora ainda distante do que a empresa previa para 2013 (15 418 milhares de euros).

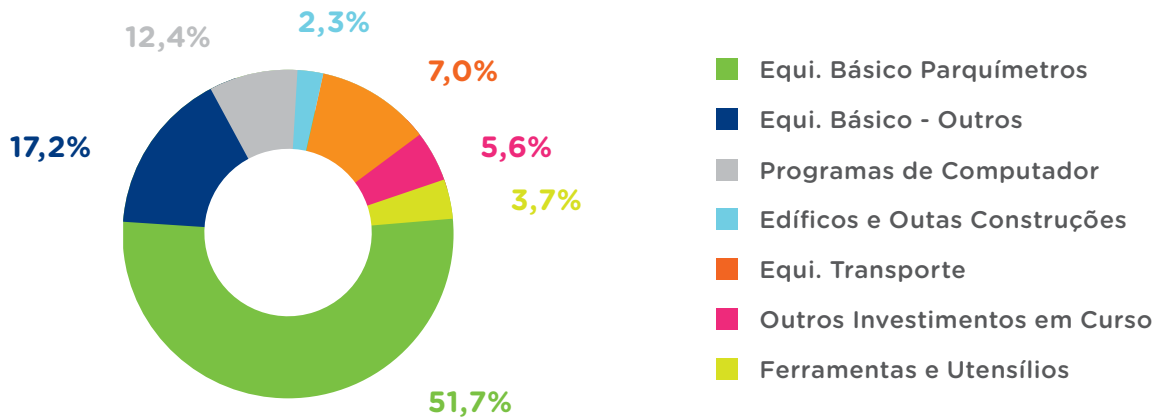
As dificuldades de aprovação e licenciamento de projetos de construção de alguns parques de estacionamento, os quais representam sempre o maior esforço de investimento da empresa, são a principal causa para a baixa taxa de execução do investimento no ano.

Para aquele valor de investimento contribuíram fortemente os encargos com a aquisição de parquímetros (52% do total), adequados ao sistema de gestão da empresa e à tecnologia da bilhética dos transportes urbanos da cidade e totalmente destinados à abertura de novas zonas de estacionamento tarifado na cidade.

Igualmente relevantes foram as aplicações de recursos em “Outros Equipamentos”, integrados no programa de “Modernização e Centralização de Parques de Estacionamento” e em “Softwares Informáticos”, dirigidos a implementar uma nova arquitetura informática, que concretiza os grandes objetivos de construção de sistemas modernos e inteligentes de informação e de gestão e de soluções que otimizem o conhecimento e o relacionamento com os clientes, num momento histórico de afirmação da empresa como operador de mobilidade.

INVESTIMENTOS	em EUROS 2013
Eq. Básico - Parquímetros	1.111.426
Eq. Básico - Outros	370.496
Eq. Transporte - Viaturas	150.387
Edifícios e Outras Construções	49.000
Programas de Computador	267.451
Outros Investimentos em Curso	120.344
Ferramentas e Utensílios	79.800
TOTAL	2.148.904

% REPARTIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - 2013



Finalmente, importa referir que este volume de investimento foi totalmente auto-financiado.

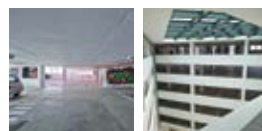


Equipamentos/Parquímetros

8.
SITUAÇÃO
ECONÓMICO -
FINANCEIRA
9.
FATOS
RELEVANTES

PARQUE DE ESTACIONAMENTO
CHÃO DO LOUREIRO

LARGO DA ATAFONA
E CALÇADA MARQUÊS
DE TANCOS



8. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A progressiva melhoria das condições de exploração verificada nos últimos anos, de modo consistente, permitiu que a empresa atingisse um nível máximo de Resultados Líquidos, nunca atingido no passado, de 2.218 milhares de euros, cerca de 8% do volume de Proveitos.

Este valor traduz a crescente performance da empresa, que pode ser medida numa taxa de rentabilidade em 2013, na perspetiva do acionista (somatório dos meios libertos e do *fee* de concessão em percentagem dos Proveitos), superior a 25%.

Para tal têm contribuído de forma convergente o aumento dos proveitos, que registaram, como já se assinalou, um abrandamento do ritmo observado nos últimos anos e a contenção dos custos que não estão intrinsecamente ligados à própria atividade de gestão e fiscalização do estacionamento.

MIL EUROS

DISTRIBUIÇÃO DE PROVEITOS OPERACIONAIS	2010		2011		2012		2013		VARIACÃO HOMÓLOGA (%)
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Do Estacionamento	17.163	73,9%	18.034	57%	19.819	76,7%	20.542	76,8%	3,6%
Parquímetros	13.884	59,8%	14.751	55%	16.209	62,8%	16.722	62,5%	3,2%
Parques de Estacionamento	2.837	12,2%	2.922	62%	3.310	12,8%	3.566	13,3%	7,7%
Tit. De Est. Pré-Comprados e SmartPark	443	1,9%	361	63%	300	1,2%	255	1,0%	-15,0%
De Bloqueios e Reboques	983	4,2%	2.298	63%	2.725	10,5%	2.995	11,2%	9,9%
De Contra-Ordenações	1.128	4,9%	2.489	63%	1.972	7,6%	1.905	7,1%	-3,4%
Outros Proveitos Operacionais*	3.937	17,0%	*1.471	63%	1.315	5,1%	1.314	4,9%	-0,1%
Subsidios à Exploração	188	0,8%	0	N/A	0	N/A	0	N/A	0
TOTAL PROV. OPERACIONAIS	23.211		24.291		25.831		26.756		
TOTAL OUTROS PROVEITOS	75		585		131		520		
TOTAL PROVEITOS	23.286		24.876		25.962		27.277		

* (Notal: Em 2011 Outros Proveitos Operacionais 1.471 mil euros incluem: Bairros Históricos (1.014 mil euros) contratos de Gestão (348 mil euros), áreas Autónomas (52 mil euros), Outros (56 mil euros).)

A evolução dos Proveitos por “coroas tarifárias” regista comportamentos homólogos semelhantes, evidenciando que os padrões de “preferência geográfica” não sofreram alteração.

A trajetória positiva de aumento consistente da capacidade da empresa de produção de resultados está bem refletida na evolução da estrutura de custos da empresa ao longo dos últimos anos, a evidenciar a redução do peso dos encargos com pessoal e com o financiamento da atividade no total dos custos.

Em 2013, as despesas com pessoal sofreram algum agravamento resultante da integração das funções de gestão da acessibilidade às zonas reservadas do parque das Nações, que foi acompanhada da entrada dos respetivos trabalhadores nos quadros da empresa (aumento de cerca de 3% dos efetivos).

No plano dos custos com o financiamento da atividade, deve salientar-se o aumento dos meios libertos ao longo dos últimos anos, o qual não só permitiu um elevado nível de cobertura do investimento por auto-financiamento, como também viabilizou a progressiva e consistente redução do endividamento, que se traduziu, em 2013, numa função financeira praticamente nula, com os volumes de juros pagos e recebidos praticamente equivalentes.

DISTRIBUIÇÃO DE GASTOS	2010	2011	2012	2013
	%	%	%	%
Fornecimento e Serviços Externos	58,5%	62,2%	63,37%	59,27%
Dos quais <i>Fee</i> de Concessão	17,7%	15,5%	16,6%	18,5%
Outros	40,8%	46,7%	46,7%	40,8%
Gastos com Pessoal	34,5%	31,4%	30,6%	34,0%
Juros	0,8%	1,2%	1,0%	0,6%
Gastos de Depreciação e Amortização	4,2%	4,2%	4,5%	4,9%
Outros	2,1%	1,0%	0,5%	1,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Por sua vez, os encargos com fornecimentos e serviços externos revelam um aumento progressivo do seu peso no total dos custos, fruto sobretudo da relação direta das suas principais componentes - o *fee* de concessão e o valor do contrato de prestação de serviços com a Street Park - com o incremento da atividade.

A empresa tem prosseguido um esforço consistente de renegociação de contratos e da redução de custos que não são função direta do incremento da atividade, com poupanças que se estimam em mais de um milhão de euros entre 2010 e 2013 (cerca de 15% desses custos), com particular incidência em custos operacionais como os relativos à manutenção de equipamentos, aos contratos com reboques ou respeitantes a imóveis (anulação de arrendamentos de espaços não necessários ou redução de custos com segurança e limpeza).

Como se pode avaliar pelo quadro seguinte, a empresa registou uma melhoria sensível, em termos homólogos, das suas condições de exploração com o EBITDA e os “Resultados Líquidos após Impostos” a observarem aumentos, respetivamente, de cerca de 15,8% e de 10,8%.

52

	em MIL EUROS		
	2012	2012	2013
Proveitos Operacionais	24.291	25.736	26.756
Custos Operacionais	21.818	21.805	22.200
EBITDA	2.473	3.931	4.556
Amortizações e Depreciações	993	1.052	1.168
Juros Pagos / Juros Recebidos	191	91	1
Imp. sobre o Rend. Exercício	360	790	1.169
RESULTADOS LÍQUIDOS	929	1.998	2.218

Em consequência, a situação patrimonial e financeira da empresa vem evidenciando anualmente progressivas melhorias, com a redução do endividamento bancário, o aumento dos capitais próprios e a progressão do ativo, suportada por auto-financiamento. Os habituais “indicadores de balanço” refletem, na sua evolução, a posição favorável em que a empresa se encontra no início de um ciclo exigente de investimento e numa conjuntura financeira ainda difícil.

EVOLUÇÃO ANUAL DOS INDICADORES DE ATIVIDADE 2010/2013	2010 (SNS)	2010 (SNS)	2012	2013
Rentabilidade Económica = Res.Económico/Ativo Líquido	3,06%	4,01%	7,23%	8,05%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo	14,42%	67,42%	73,39%	69,50%
Meios Libertos Líquidos (Mil Euros)	1.759	2.049	3.050	3.386
Meios Libertos Líquidos/Proveitos	7,58%	8,44%	11,85%	12,82%
Capitais Permanentes / Ativo Líquido	29,71%	56,13%	53,96%	50,18%



9. FATOS RELEVANTES

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer fato relevante para a atividade da Empresa.

No decurso do corrente exercício, não se verificou a existência de qualquer negócio entre a Empresa e a Administração, nomeadamente os contidos no art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

No cumprimento dos requisitos legais, confirmamos a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

53

10.
PERSPETIVAS
FUTURAS
11.
PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

PARQUE DAS NAÇÕES

048 ZONA PEDONAL COM
ZONA DE BILHETE DIÁRIO



10. PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas futuras da EMEL são sobretudo determinadas pela sua capacidade de afirmação e pela eficiência que revelar nas suas vertentes de operador de estacionamento e de operador de mobilidade.

Na área do estacionamento, a empresa deverá manter nos próximos anos a trajetória expansionista e a crescente capacidade de produção de resultados, por forma a preservar uma elevada capacidade de financiar os seus investimentos com capitais próprios.

De facto, a empresa tem em carteira um ambicioso programa de investimentos, respondendo aos anseios da população e dos eleitos locais, expresso na continuidade da política de expansão da área tarifada e na construção de um vasto número de parques de estacionamento, de que a cidade carece.

Este programa de investimentos deverá superar os trinta milhões de euros nos próximos quatro anos.

No outro plano, a empresa espera que o ano em curso seja o da sua afirmação como operador de mobilidade, com alguns projetos agora em fase de maturidade e suscetíveis de realização, respondendo desse modo às solicitações e orientações do acionista. Estão nessa situação projetos de alguma relevância no domínio da mobilidade pedonal, a introdução de melhorias na infra-estrutura de apoio à mobilidade reduzida ou ainda a construção e a gestão de equipamentos facilitadores de maior acessibilidade pedonal.

Estão igualmente em fase de aprofundamento os projetos nos domínios da mobilidade partilhada, em particular os baseados em redes partilhadas de bicicletas e carros elétricos, no primeiro caso, com um nível superior de desenvolvimento.

Para este conjunto de investimentos, a empresa dispõe de uma estimativa de gasto superior a 5 milhões de euros, durante o próximo quadriénio.

Num horizonte mais imediato, está prevista para este ano a conclusão da nova arquitetura informática, a qual permitirá à empresa dispor de forma integrada de modernos sistemas de gestão operacional e financeira e lançar novas ferramentas de gestão e de relacionamento com os clientes.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado em 2013 no valor de 2.218.302,52 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Constituição de Reservas Legais: (10%) 221.830,25 euros
- Transferência para a conta Resultados Transitados: 1. 996. 472,26 euros.

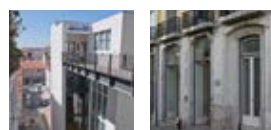


Ciclovias

12. NOTAS FINAIS

ELEVADORES PÚBLICOS

- PARQUE CHÃO DO LOUREIRO
- RUA DOS FANQUEIROS
- RUA DA MADALENA



12. NOTAS FINAIS

O exercício de 2013 foi marcado pelas influências contraditórias de uma conjuntura económica caraterizadamente negativa e dos estímulos positivos resultantes do ciclo de expansão e de desenvolvimento que a empresa vem registando, a que se associaram os impatos derivados do processo eleitoral ocorrido no último trimestre.

Foi neste contexto que a empresa percorreu os primeiros passos enquanto operador de mobilidade, procurando executar projetos relativamente inovadores e para os quais se vem preparando, adquirindo as competências e capacidades adequadas.

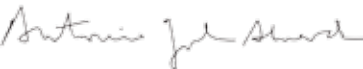
Ao longo do ano foram sendo desenvolvidos vários projetos, ganhando maturidade e definição para a sua próxima execução, nesse rumo da mobilidade, completamente novo para a empresa. Neste processo, há toda uma aprendizagem e uma necessidade de adaptação ao desenvolvimento de novas atividades que põem à prova a gestão da empresa e as capacidades dos seus trabalhadores, num desafio inicial que sem dúvida foi ganho.

60 Por isso, uma primeira palavra de reconhecimento e de agradecimento deve ser dirigida aos trabalhadores que, de novo, deram mostras de total envolvimento com os objetivos estratégicos da empresa e que com o seu empenho continuaram a viabilizar o desenvolvimento e o crescimento da empresa, num contexto adverso da procura.

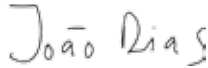
Também aos nossos parceiros de atividade, particularmente aos nossos fornecedores, se deve um sentido agradecimento ao modo como responderam com flexibilidade e capacidade de ajustamento às exigências da empresa em matéria de renegociação contratual, com vista a maior economia de meios ou de modernização e inovação tecnológicas.

Lisboa, 7 de Abril de 2014

António Júlio de Almeida
(Presidente do Conselho de Administração)



João Paulo Salazar Dias
(Vogal do Conselho de Administração)



António Inácio Furtado
(Vogal do Conselho de Administração)



CENTRO DE CONTROLO
OPERACIONAL DA EMEL

AV. DE BERNA, 1
1050-036 LISBOA



13.
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS





13.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

13.1 BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

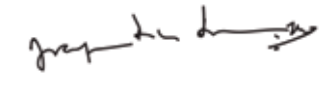
em EUROS			
Ativo	NOTAS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	19.328.689,08	18.497.082,71
Propriedades de investimento	6	1.760.184,04	1.811.194,22
Ativos intangíveis	7	1.226.868,48	1.037.121,77
Ativos por impostos diferidos	8	66.207,12	209.405,75
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CORRENTES		22.381.948,72	21.554.804,45
ATIVO CORRENTE			
Inventários	9	47.877,65	18.497.082,71
Clientes	10	360.832,77	820.919,37
Estado e outros entes públicos	11	0,00	682.698,51
Outras contas a receber		19.364,29	129.720,00
Diferimentos	12	5.823.385,39	6.187.595,97
Caixa e depósitos bancários	4	13.445.506,54	8.582.915,83
TOTAL DOS ATIVOS CORRENTES		19.696.966,64	16.443.485,96
TOTAL DOS ATIVOS		42.078.915,36	37.998.290,41

64

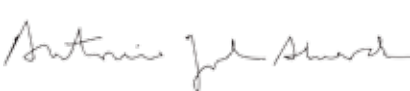
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

em EUROS			
CAPITAIS PRÓPRIOS	NOTAS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	14.000.000,00	14.000.000,00
Reservas legais	14	436.723,91	236.884,00
Resultados transitados	15	599.295,50	617.234,67
Resultado líquido do exercício		2.218.302,52	181.900,74
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		17.254.321,93	15.036.019,41
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		150.000,00	150.000,00
Financiamentos obtidos	16	3.712.202,21	4.481.066,67
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CORRENTES		3.862.202,21	4.631.066,67
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	17	11.313.162,95	13.155.215,37
Estado e outros entes públicos	11	788.004,09	672.046,76
Financiamentos obtidos	16	487.815,71	1.400.743,09
Outras contas a pagar	18	7.392.916,15	2.384.831,45
Diferimentos	12	692.694,53	718.367,66
TOTAL DOS PASSIVOS CORRENTES		20.674.593,43	18.331.204,33
TOTAL DO PASSIVO		24.824.593,43	22.962.271,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		42.078.915,36	37.998.290,41

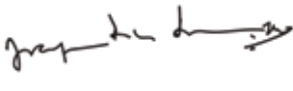
65



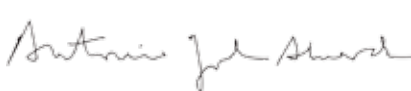
O Técnico Oficial de Contas



A Administração



O Técnico Oficial de Contas



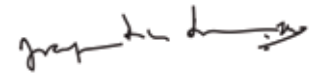
A Administração

13.2 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

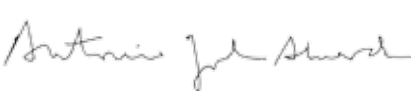
em EUROS			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Vendas de mercadorias	19	1.709,04	7.916,08
Prestação de serviços	19	26.418.561,62	25.728.935,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-1.249,45	-9.472,00
Fornecimentos e serviços externos	21	-14.154.064,89	-14.680.778,66
Gastos com o pessoal	22	-8.111.368,80	-7.099.292,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		65,82	1.771,19
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-90.086,39	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23	850.880,83	226.991,88
Outros gastos e perdas	24	-226.109,99	-1.929.832,69
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		4.688.337,79	2.246.238,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-1.167.885,87	-1.052.115,22
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		3.520.451,92	1.194.123,61
Juros e gastos similares suportados		-133.234,41	-222.554,67
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		3.387.217,51	971.568,94
Imposto sobre o rendimento do período	26	-1.168.914,99	-789.668,20
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.218.302,52	181.900,74
Resultado por ação básico		0,16	0,01

13.3 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO DE 2013

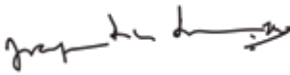
em EUROS						
CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						
	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	(1)	14.000.000,00	236.884,00	617.234,67	1.998.399,06	16.852.517,73
Alterações no período:						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	-1.816.498,32	0,00	-1.816.498,32
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	199.839,91	1.798.559,15	-1.998.399,06	0,00
	(2)	0,00	199.839,91	-17.939,17	-1.998.399,06	-1.816.498,32
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)				2.218.302,52	2.218.302,52
RESULTADO INTEGRAL	(4=2+3)				219.903,46	401.804,20
Operações com detentores de capital próprio:						
Realizações de capital	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	(6=1+2+3+5)	14.000.000,00	436.723,91	599.295,50	2.218.302,52	17.254.321,93



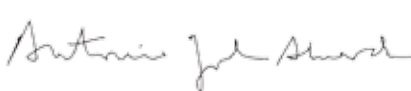
O Técnico Oficial de Contas



A Administração



O Técnico Oficial de Contas



A Administração

13.3 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO DE 2012

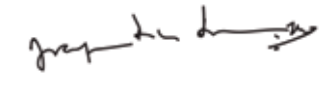
em EUROS

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						
	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	(1)	14.000.000,00	143.964,11	-219.044,33	929.198,89	14.854.118,67
Alterações no período:						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	92.919,89	836.279,00	-929.198,89	0,00
	(2)	0,00	92.919,89	836.279,00	-929.198,89	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)				1.998.399,06	1.998.399,06
RESULTADO INTEGRAL (4=2+3)					1.069.200,17	1.998.399,06
Operações com detentores de capital próprio:						
Realizações de capital	14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	(6=1+2+3+5)	14.000.000,00	236.884,00	617.234,67	1.998.399,06	16.852.517,73

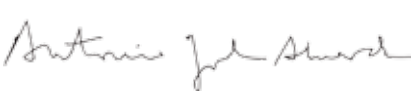
13.4 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

em EUROS

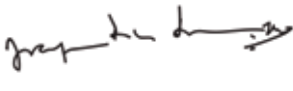
FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	29.668.627,69	29.460.559,06
Pagamentos a fornecedores	-10.383.818,48	-13.487.559,64
Pagamentos ao pessoal	-7.373.068,65	-6.532.073,13
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	11.911.740,56	9.440.926,29
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-1.281.327,19	-96.095,46
Outros recebimentos/pagamentos	-2.717.849,77	-1.706.837,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	7.912.563,60	7.637.993,41
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1.453.367,71	-1.569.307,97
Ativos intangíveis	-209.437,62	-59.262,14
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
	-1.662.805,33	-1.628.570,11
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	5.128,46	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	99.156,66	98.720,08
Dividendos	0,00	0,00
	104.285,12	98.720,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-1.558.520,21	-1.529.850,03



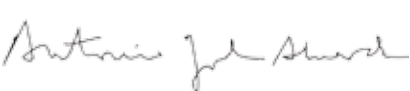
O Técnico Oficial de Contas



A Administração



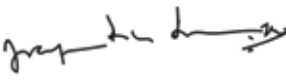
O Técnico Oficial de Contas



A Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

em EUROS		
FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.367.916,09	-3.397.176,95
Juros e gastos similares	-123.536,59	-257.400,20
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-1.491.452,68	-3.654.577,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	-1.491.452,68	-3.654.577,15
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	4.862.590,71	2.453.566,23
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CâMBIO	0,00	0,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	8.582.915,83	6.129.349,60
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO (4)	13.445.506,54	8.582.915,83


O Técnico Oficial de Contas


A Administração

13.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

NOTA INTRODUTÓRIA

A EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. (EMEL), foi criada pela deliberação n.º 73/AM/94, por proposta da Deliberação n.º 242/CM/94, de 14/07/94, e iniciou a sua atividade em 01/10/1994, tem a sua sede na Av. de Berna, nº1 em Lisboa. A Empresa é uma pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal.

A EMEL tem como atividade principal a gestão do serviço público de estacionamento da cidade de Lisboa integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades definidos pela Câmara Municipal de Lisboa e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2013, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A) REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2013 as demonstrações financeiras da EMEL foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

B) REEXPRESSÕES E RECLASSIFICAÇÕES

No decurso de 2013, foram anuladas faturas emitidas, anteriormente a 2012, para a Câmara Municipal de Lisboa, cujos valores não foram, por lapso, estimados, em 2012, há semelhança do que sucedeu com outras situações idênticas.

Por outro lado, com referência à data de relato foi efetuada uma análise cuidada do reconhecimento dos bens de investimento, em função do seu uso. Assim, todos os bens de investimento considerados como sendo detidos para uso na atividade corrente da empresa ou para fins administrativos da Empresa, foram reconhecidos em ativos fixos tangíveis de acordo com a NCRF 7. Os bens de investimento destinados a obter rendas ou para valorização de capital, foram reconhecidos como propriedades de investimentos e tratados contabilisticamente de acordo com a NCRF 11.

Face ao acima exposto, as situações mencionadas originaram reexpressões e reclassificações às contas de 2012, apresentando-se a reconciliação do resultado líquido do período de 2012 e as respetivas demonstrações financeiras reexpressas.

RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO DE 2012		1.998.399,06
1. Anulação Prestação Serviços (anos anteriores)		-1.658.400,38
2. Reclassificação de Ativos		-158.097,94
RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO DE 2012 - REEXPRESSO		181.900,74

em EUROS			
ATIVO	31 DEZ. 2012 REEXPRESSO	REEXPRESSÕES	31. DEZ. 2012
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	18.497.082,71	9.440.601,76	9.056.480,95
Propriedades de investimento	1.811.194,22	-10.488.660,40	12.299.854,62
Ativos intangíveis	1.037.121,77	839.175,98	197.945,79
Ativos por impostos diferidos	209.405,75	0,00	209.405,75
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CORRENTES	21.554.804,45	-208.882,66	21.763.687,11
ATIVO CORRENTE			
Inventários	39.636,29	0,00	39.636,28
Clientes	820.919,37	-1.846.133,30	2.667.052,67
Estado e outros entes públicos	682.698,51	187.732,92	494.965,59
Outras contas a receber	129.720,00	0,00	129.720,00
Diferimentos	6.187.595,97	50.784,72	6.136.811,25
Caixa e depósitos bancários	8.582.915,83	0,00	8.582.915,83
TOTAL DOS ATIVOS CORRENTES	16.443.485,96	-1.607.615,66	18.051.101,62
TOTAL DOS ATIVOS	37.998.290,41	-1.816.498,32	39.814.788,73
CAPITAIS PRÓPRIOS			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14.000.000,00	0,00	14.000.000,00
Reservas legais	236.884,00	0,00	236.884,00
Resultados transitados	617.234,67	0,00	617.234,67
Resultado líquido do exercício	181.900,74	-1.816.498,32	1.998.399,06
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	15.036.019,41	-1.816.498,32	16.852.517,73
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	150.000,00	0,00	150.000,00
Financiamentos obtidos	4.481.066,67	0,00	4.481.066,67
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CORRENTES	4.631.066,67	0,00	4.631.066,67
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	13.155.215,37	0,00	13.155.215,37
Estado e outros entes públicos	672.046,76	0,00	672.046,76
Financiamentos obtidos	1.400.743,09	0,00	1.400.743,09
Outras contas a pagar	2.384.831,45	0,00	2.384.831,45
Diferimentos	718.367,66	0,00	718.367,66
TOTAL DOS PASSIVOS CORRENTES	18.331.204,33	0,00	18.331.204,33
TOTAL DOS PASSIVOS	22.962.271,00	0,00	22.962.271,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	37.998.290,41	-1.816.498,32	39.814.788,73

em EUROS			
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas de mercadorias	7.916,08	0,00	7.916,08
Prestação de serviços	25.728.935,29	0,00	25.728.935,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-9.472,00	0,00	-9.472,00
Fornecimentos e serviços externos	-14.680.778,66	0,00	-14.680.778,66
Gastos com o pessoal	-7.099.292,26	0,00	-7.099.292,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	1.771,19	0,00	1.771,19
Outros rendimentos e ganhos	226.991,88	131.616,22	95.375,66
Outros gastos e perdas	-1.929.832,69	-1.816.498,32	-113.334,37
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	2.246.238,83	-1.684.882,10	3.931.120,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.052.115,22	0,00	-1.052.115,22
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	1.194.123,61	-1.684.882,10	2.879.005,71
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	-1.131.616,22	131.616,22
Juros e gastos similares suportados	-222.554,67	0,00	-225.554,67
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	971.568,94	-1.816.498,32	2.788.067,26
Imposto sobre o rendimento do período	-798.668,20	0,00	-789.668,20
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	181.900,74	-1.816.498,32	1.998.399,06
Resultado por ação básico	0,01	0,00	0,14

C) DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

D) COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com exceção do referido na alínea b) acima, sobre reexpressões e recalssificações, os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.



PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

A)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Investimentos em Curso - Ativos Fixos Tangíveis”. No final do período de promoção e construção o ativo é transferido para a rubrica “Propriedades de Investimento”.

As vidas úteis estimadas são idênticas às dos Edifícios e outras construções classificados em ativos fixos tangíveis.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

A avaliação mais recente para quantificação do justo valor das propriedades de investimento, data do início do ano 2012, tendo essa avaliação, sido efetuada por uma entidade especializada independente.

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas (incluindo os direitos de superfície registados nesta rubrica). Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

D) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, a derrama estadual à taxa de 3% na parte da matéria coletável superior a 1.500.000€, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

E) INVENTÁRIOS

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, são registadas as respetivas perdas por imparidade.

F)
CLIENTES E OUTROS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade dos saldos de clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

G)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários, caso ocorram, são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

H)
IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

76 Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso de o ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

I)
PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

J)
FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

L)
FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

M)
RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O crédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O crédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece crédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do crédito não é considerado como

razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

N) BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES

Os benefícios dos colaboradores, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

O) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

P) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Q) JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

ATIVOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

FLUXOS DE CAIXA

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Caixas	76.105,38	58.251,59
Depósitos à ordem	1.569.401,16	1.524.664,24
Depósitos a prazo	11.800.000,00	7.000.000,00
TOTAL	13.445.506,54	8.582.915,83

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013						
	SALDO EM 01.JAN.2013	AQUISIÇÕES / DOTAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	REVALORIZAÇÕES	SALDO EM 31.DEZ.2013
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	517.502,82	0,00	0,00	0,00	0,00	517.502,82
Edifícios e outras construções	15.501.066,46	49.000,00	0,00	0,00	0,00	15.501.066,46
Equipamento básico	7.740.824,89	1.481.923,98	-128.633,37	0,00	0,00	9.094.115,50
Equipamento de transporte	629.395,20	150.387,44	-15.727,39	0,00	0,00	764.055,25
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1.476.295,19	59.686,38	-52.335,77	0,00	0,00	1.483.645,80
Outros ativos fixos tangíveis	320.091,49	20.113,16	-1.527,09	0,00	0,00	338.677,56
Investimentos em curso	2.043.532,86	68.059,20	-198.223,62	0,00	0,00	2.111.592,06
TOTAL DO CUSTO	28.228.708,91	1.829.170,16	-198.223,62	0,00	0,00	29.859.655,45
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Edifícios e outras construções	2.581.429,11	337.534,63	0,00	0,00	0,00	2.918.963,74
Equipamento básico	5.391.450,54	395.044,21	-128.633,37	0,00	0,00	5.657.861,38
Equipamento de transporte	317.723,17	114.189,92	-5.051,90	0,00	0,00	426.861,19
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1.233.713,32	116.078,29	-52.335,77	0,00	0,00	1.297.455,84
Outros ativos fixos tangíveis	207.310,06	24.041,24	-1.527,09	0,00	0,00	229.824,21
TOTAL DAS DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	9.731.626,20	986.888,29	-187.548,13	0,00	0,00	10.530.966,36
VALOR LÍQUIDO	18.497.082,71	842.281,87	-10.675,49	0,00	0,00	19.328.689,09

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012						
	SALDO EM 01.JAN.2012	AQUISIÇÕES / DOTAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	REVALORIZAÇÕES	SALDO EM 31.DEZ.2012
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517.502,82
Edifícios e outras construções	317.741,18	317.741,18	0,00	-317.741,18	0,00	15.501.066,46
Equipamento básico	317.591,21	317.591,21	0,00	0,00	0,00	7.740.824,89
Equipamento de transporte	216.400,40	216.400,40	0,00	0,00	0,00	629.395,20
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	86.210,00	86.210,00	0,00	0,00	0,00	1.476.295,19
Outros ativos fixos tangíveis	115.583,46	115.583,46	0,00	0,00	0,00	320.091,49
Investimentos em curso	239.736,21	239.736,21	0,00	0,00	0,00	2.043.532,86
TOTAL DO CUSTO	27.253.187,63	1.293.262,46	0,00	-317.741,18	0,00	28.228.708,91
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Edifícios e outras construções	2.455.021,32	131.703,48	0,00	-5.295,69	0,00	2.581.429,11
Equipamento básico	5.043.420,10	348.030,44	0,00	0,00	0,00	5.391.450,54
Equipamento de transporte	250.652,59	67.070,58	0,00	0,00	0,00	317.723,17
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1.110.908,40	122.804,92	0,00	0,00	0,00	1.233.713,32
Outros ativos fixos tangíveis	193.260,53	14.049,53	0,00	0,00	0,00	207.310,06
TOTAL DAS DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	9.053.262,94	683.658,95	0,00	-5.295,69	0,00	9.731.626,20
VALOR LÍQUIDO	18.199.924,69	609.603,51	0,00	-312.445,49	0,00	18.497.082,71

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - 31 DE DEZEMBRO DE 2013						
	SALDO EM 01.JAN.2013	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	VARIAÇÃO DO JUSTO VALOR	SALDO EM 31.DEZ.2013
Parque estacionamento Ana Castro Osório	893.401,08	0,00	0,00	0,00	0,00	893.401,08
Parque estacionamento Chão do Loureiro	1.076.974,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.076.974,53
	1.970.375,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.375,61
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	159.181,40	51.010,18	0,00	0,00	0,00	210.191,58
	159.181,40	51.010,18	0,00	0,00	0,00	1.760.184,03
VALOR LÍQUIDO	1.811.194,21	-51.010,18	0,00	0,00	0,00	1.760.184,03

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012						
	SALDO EM 01.JAN.2013	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	VARIAÇÃO DO JUSTO VALOR	SALDO EM 31.DEZ.2013
Parque estacionamento Ana Castro Osório	893.401,08	0,00	0,00	0,00	0,00	893.401,08
Parque estacionamento Chão do Loureiro	681.888,88	77.344,47	0,00	317.741,18	0,00	1.076.974,53
	1.575.289,96	77.344,47	0,00	317.741,18	0,00	1.970.375,61
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-97.090,21	250.975,92	0,00	5.295,69	0,00	159.181,40
	-97.090,21	250.975,92	0,00	5.295,69	0,00	159.181,40
VALOR LÍQUIDO	1.672.380,17	-173.631,45	0,00	312.445,49	0,00	1.811.194,21

A última avaliação das propriedades de investimento reporta ao ano de 2012, sendo nessa data o justo valor o seguinte:

AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012				
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	VALOR ESCRITURADO A 31/12/2013	JUSTO VALOR A 31/12/2012
Parque estacionamento Ana Castro Osório	893.401,08	144.433,16	748.967,92	924.000,00
Parque estacionamento Chão do Loureiro	1.076.974,53	65.758,42	1.011.216,11	943.400,00
TOTAL	1.970.375,61	210.191,58	1.760.184,03	1.867.400,00

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013						
	SALDO EM 01.JAN.2013	AQUISIÇÕES / DOTAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO EM 31.DEZ.2013
CUSTO						
Software	1.120.743,91	90.145,12	0,00	177.305,83	0,00	1.388.194,86
Outras ativos intangíveis	1.323.267,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323.267,44
Investimentos em curso	127.571,50	229.588,99	0,00	-177.305,83	0,00	179.854,66
TOTAL DO CUSTO	2.571.582,85	319.734,11	0,00	0,00	0,00	2.891.316,96
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Software	1.061.460,17	109.277,84	0,00	0,00	0,00	1.170.738,01
Outras ativos intangíveis	473.000,91	20.709,56	0,00	0,00	0,00	493.710,47
TOTAL DAS DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	1.534.461,08	129.987,40	0,00	0,00	0,00	1.664.448,48
VALOR LÍQUIDO	1.037.121,77	189.746,71	0,00	0,00	0,00	1.226.868,48

ATIVOS INTANGÍVEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012						
	SALDO EM 01.JAN.2012	AQUISIÇÕES / DOTAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO EM 31.DEZ.2012
CUSTO						
Software	1.120.151,91	592,00	0,00	0,00	0,00	1.120.743,91
Outras ativos intangíveis	1.323.267,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323.267,44
Investimentos em curso	3.880,00	123.691,50	0,00	0,00	0,00	127.571,50
TOTAL DO CUSTO	2.447.299,35	124.283,50	0,00	0,00	0,00	2.571.582,85
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Software	943.979,82	117.480,35	0,00	0,00	0,00	1.061.460,17
Outras ativos intangíveis	473.000,91	0,00	0,00	0,00	0,00	473.000,91
TOTAL DAS DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	1.416.980,73	117.480,35	0,00	0,00	0,00	1.534.461,08
VALOR LÍQUIDO	1.030.318,62	6.803,15	0,00	0,00	0,00	1.037.121,77

O valor bruto da rubrica de Outros ativos intangíveis, no valor de 1.323.267 euros, inclui os direitos de superfície do (i) Parque das Portas do Sol, no valor de 734.800 euros; e (ii) Parque do Chão do Loureiro, no valor de 264.600 euros.



ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

em EUROS

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013						
	SALDO EM 01.JAN.2013	CONSTITUIÇÃO		REVERSÃO		SALDO EM 31.DEZ.2013
		RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	102.977,22	0,00	0,00	-102.977,22	0,00	0,00
Desreconhecimentos ref. Adoção 1ª Vez SNC	68.928,53	0,00	0,00	-37.221,41	0,00	31.707,12
Provisão p/ Outros Riscos e Encargos	37.500,00	0,00	0,00	-3.000,00	0,00	34.500,00
TOTAL DOS ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	209.405,75	1.293.262,46	0,00	-143.198,63	0,00	66.207,12
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012						
	SALDO EM 01.JAN.2012	CONSTITUIÇÃO		REVERSÃO		SALDO EM 31.DEZ.2012
		RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	102.977,22	0,00	0,00	0,00	0,00	102.977,22
Desreconhecimentos ref. Adoção 1ª Vez SNC	103.392,80	0,00	0,00	-34.464,27	0,00	68.928,53
Provisão p/ Outros Riscos e Encargos	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
TOTAL DOS ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	243.870,02	1.293.262,46	0,00	-34.464,27	0,00	209.405,75
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS						
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

em EUROS		
INVENTÁRIOS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Mercadorias	48.099,05	39.923,50
Materias primas subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Produtos acabados	0,00	0,00
Obras em curso	0,00	0,00
SUB-TOTAL	48.099,05	39.923,50
Perdas por imparidades de inventários	-221,40	-287,22
TOTAL	47.877,65	39.636,28

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”, foram os seguintes:

em EUROS		
PERDAS POR IMPARIDADES	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Saldo a 1 de Janeiro	287,22	2.058,41
Aumento	0,00	0,00
Reversão	-65,82	-1.771,19
Regularizações	0,00	0,00
TOTAL	221,40	287,22

CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica de Clientes tinha a seguinte composição:

em EUROS		
CLIENTES	31 DEZ. 2013 CORRENTE	31. DEZ. 2012 CORRENTE
CLIENTES CONTA CORRENTE		
Clientes conta corrente		
Entidade - Grupo/relacionadas	6.796,60	404.735,39
Entidade - Outras	856.031,45	828.092,87
SUB-TOTAL	862.828,05	1.232.828,26
Perdas por imparidades de inventários	-501.995,28	-411.908,89
TOTAL	360.832,77	820.919,37

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2013 apresentava-se como se segue:

em EUROS					
CLIENTES	0-30 DIAS	31-61 DIAS	31-61 DIAS	>90 DIAS	TOTAL
Clientes conta corrente	26.831,23	25.442,71	13.929,31	789.828,20	856.031,45

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

em EUROS		
PERDAS POR IMPARIDADES	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Saldo a 1 de Janeiro	411 908,89	411 908,89
Aumento	0,00	0,00
Reversão	90 086,39	0,00
Regularizações	0,00	0,00
TOTAL	501.995,28	411.908,89

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

em EUROS		
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
ATIVO		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	682.698,51
TOTAL DO ATIVO	0,00	682.698,51
PASSIVO		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	280.095,50	503.054,71
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	276.777,07	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	74.644,03	40.280,66
Segurança Social	156.487,49	127.440,01
Outros impostos e taxas	0,00	1.271,38
TOTAL DO PASSIVO	788.004,09	672.046,76

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como se segue:

em EUROS		
DIFERIMENTOS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
DIFERIMENTOS (ATIVO)		
Seguros pagos antecipadamente	20.346,42	19.255,80
Outros gastos a reconhecer	5.803.038,97	6.117.555,45
SUB-TOTAL	5.823.385,39	6.136.811,25
DIFERIMENTOS (PASSIVO)		
Rendimentos a reconhecer	692.694,53	718.367,66
SUB-TOTAL	692.694,53	718.367,66

A rubrica de Outros gastos a reconhecer inclui, em 2013 e 2012, o montante de 5.789.480 euros e 6.082.352 euros, respetivamente, referente a obras efetuadas na via pública e parques de superfície e instalações em terreno de domínio público.

INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da Empresa integralmente realizado, é de 14 milhões de euros, de- tido na sua totalidade pelo Município de Lisboa e encontra-se representado por 14 milhões de ações com o valor nominal unitário de um euro.

RESERVA LEGAL

Os Estatutos da EMEL estabelecem no n.º 2 do art.º 29.º, que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

RESULTADOS TRANSITADOS

Na reunião n.º 172 da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 11 de Junho de 2013 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 (Proposta n.º 495/2013) e foi decidido que o resul- tado líquido referente a esse exercício fosse aplicado da seguinte forma:

RESERVAS LEGAIS	199.839,91 €
RESULTADOS TRANSITADOS	1.798.559,15 €

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

em EUROS				
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31 DEZ. 2013		31. DEZ. 2012	
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE
Empréstimos bancários m.l.prazo	3.712.202,21	768.864,68	4.481.066,67	1.367.917,19
Outros empréstimos	0,00	6.748,82	0,00	32.825,90
TOTAL	3.712.202,21	775.613,50	4.481.066,67	1.400.743,09

FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica de Fornecedores respeitava integralmente a Fornecedores conta corrente, conforme seguidamente se apresenta:

em EUROS		
FORNECEDORES	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
FORNECEDORES CONTA CORRENTE		
Fornecedores - Entidades do Grupo e relacionadas	10.350.026,59	11.238.026,59
Fornecedores - Outras entidades	963.136,36	1.917.188,78
TOTAL	11.313.162,95	13.155.215,37

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2013 era a seguinte:

em EUROS					
FORNECEDORES	0-30 DIAS	31-61 DIAS	31-61 DIAS	>90 DIAS	TOTAL
Fornecedores conta corrente	545.005,42	191.483,48	226.647,46	0,00	963.136,36

OUTRAS CONTAS A PAGAR

90 Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

em EUROS		
CLIENTES	31 DEZ. 2013 CORRENTE	31. DEZ. 2012 CORRENTE
Fornecedores de Imobilizado	1.556.456,08	550.176,77
Credores p/ Acréscimos de Gastos	5.287.492,63	1 544.107,48
Outras contas a pagar	548.073,69	290.449,51
Pessoal	893,75	97,69
TOTAL	7.392.916,15	2.384.831,45

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos, inclui essencialmente, (i) o valor da especialização do fee a pagar à Câmara Municipal de Lisboa, no montante de 3.771.829 euros (2012: zero, por ter sido faturado no ano); e (ii) Remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias, no valor de 939.436 euros (2012: 594.676 euros).

RÉDITO

em EUROS						
	2013			2012		
	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL
Vendas de mercadorias	1.709,04	0,00	1.709,04	7.916,08	0,00	7.916,08
Prestação de serviços	26.418.561,62	0,00	26.418.561,61	25.728.935,29	0,00	25.728.935,29
SUB-TOTAL	26.420.270,66	0,00	26.420.270,66	25.736.851,37	0,00	25.736.851,37
Juros obtidos	132.213,89 €			131.616,22 €		
TOTAL	26.552.484,55 €			25.868.467,50 €		

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, é detalhado como se segue:

em EUROS		
	31 DEZ. 2013 MERCADORIAS	31. DEZ. 2012 MERCADORIAS
Saldo inicial em 1 de Janeiro	39.923,50	11.008,00
Regularizações	0,00	0,00
Compras	9.425,00	38.387,50
CMVMC	-1.249,45	-9.472,00
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO	48.099,05	39.923,50

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dzembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

em EUROS		
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Trabalhos Especializados SPARK	4.412.544,10	4.292.213,35
Fee Gestão CML	3.771.828,84	3.856.605,70
Rendas e Alugueres	606.040,28	612.254,47
Comunicações	545.696,76	1.062.783,28
Conservação e Reparação Parques	484.595,88	569.786,95
Vigilância e Segurança	395.839,61	411.066,54
Trabalhos Especializados Reboques	341.655,95	441.800,75
Conservação e Reparação Parquímetros	469.195,92	333.489,63
Conservação e Reparação Via Pública	375.982,03	315.797,92
Conservação e Reparação Bairros Históricos	398.180,37	238.979,21
Restantes Custos	2.352.505,15	2.546.000,86
TOTAL	14.154.064,89	14.680.778,66

GASTOS COM O PESSOAL

92 A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

em EUROS		
GASTOS COM PESSOAL	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Remunerações dos órgãos sociais	108.474,29	106.470,93
Remunerações do pessoal	6.269.968,22	5.258.513,06
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2.356,31	131.100,54
Encargos sobre remunerações	1.394.525,34	1 127.841,09
Seguros	269.851,97	255.563,98
Gastos de ação social	0,00	663,50
Outros gastos com pessoal	66.192,67	219.139,16
TOTAL	8.111.368,80	7.099.292,26

A EMEL celebrou durante o ano 2012 acordos de rescisão de contratos de trabalho, com um gasto em indemnizações de 131.100,54€.

O número médio de colaboradores da Empresa no exercício de 2012 foi de 389 e no exercício de 2013 de 392. Não existem outros benefícios a longo prazo de colaboradores.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como se segue:

em EUROS		
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Rendimentos suplementares	129.530,09	51.789,47
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	338.476,04	0,00
Outros rendimentos e ganhos	382.874,70	175.202,41
TOTAL	850.880,83	226.991,88

OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como se segue:

em EUROS		
OUTROS GASTOS E PERDAS	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Impostos	37.461,15	71.055,88
Divídas incobráveis	66.822,56	0,00
Outros gastos e perdas	121.826,28	1.858.776,81
TOTAL	226.109,99	1.929.832,69

93

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

em EUROS						
	2013			2012		
	GASTOS	REVERSÕES	TOTAL	GASTOS	REVERSÕES	TOTAL
Propriedades de investimento	51.010,18	0,00	51.010,18	40.418,81	0,00	40.418,81
Ativos fixos tangíveis	986.888,29	0,00	986.888,29	874.729,57	0,00	874.729,57
Ativos fixos intangíveis	129.987,40	0,00	129.987,40	136.966,84	0,00	136.966,84
TOTAL	1.167.885,87	0,00	1.167.885,87	1.052.115,22	0,00	1.052.115,22

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe da rubrica de imposto sobre o rendimento é como se segue:

em EUROS		
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Imposto corrente	1.025.716,36	755.203,93
imposto diferido	143.198,63	34.464,27
TOTAL	1.168.914,99	789.668,20

A reconciliação dos resultados antes de impostos com o lucro tributável, bem como da taxa de imposto com a taxa efetiva é evidenciada como se segue:

	2013		2012	
		%		%
Resultado antes de impostos	3.387.218	-	2.788.067	-
IRC à taxa normal (25%) sem correções fiscais	846.804	25%	697.017	25%
Variações patrimoniais	(170.915)	-	(170.915)	-
Acréscimos ao rendimento tributável	247.094	-	9.221	-
Deduções ao rendimento tributável	-	-	(8.191)	-
Lucro / prejuízo fiscal	3.463.396	-	2.618.182	-
Deduções ao prejuízo fiscal	-	-	-	-
Matéria coletável	3.463.396	-	2.618.182	-
IRC à taxa normal (25%) sobre a matéria coletável	865.849	-	654.545	-
Derrama	51.951	-	39.273	-
Derrama estadual	58.902	-	33.545	-
Tributações autónomas	49,014	-	27.840	-
IRC estimado para o período (taxa efetiva)	1.025.716	30%	755.204	27%

PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a Empresa e entidades relacionadas, foram todos efetuados com a Câmara Municipal de Lisboa e são apresentados no quadro que se segue:

em EUROS		
FORNECEDORES	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
TRANSAÇÕES		
Serviços Adquiridos	35.408,51	7.522.983,40
SALDOS		
Contas a receber	6.796,60	2.250.868,69
Contas a pagar	10.355.749,41	11.243.008,37
Acréscimo de custos	3.771.828,84	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

OUTRAS DIVULGAÇÕES

SITUAÇÃO CONTRIBUTÁRIA E CONTRIBUTIVA

A EMEL tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, respetivamente.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2013 e 2012, os Órgãos Sociais tiveram as seguintes remunerações:

em EUROS		
	31 DEZ. 2013	31. DEZ. 2012
Conselho de Administração (*)	108.474,29	106.470,93
Fiscal Único (**)	11.367,24	11.367,24

(*) - verba revelada em Gastos com pessoal.
O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, dois deles remunerados.
(**) - verba revelada em Fornecimentos e serviços externos.

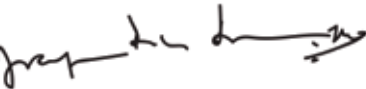
📍
EVENTOS SUBSEQUENTES

Na presente data, o Conselho de Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2013 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

📍
DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de abril de 2014, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Dias Domingos

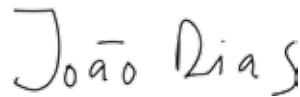


O Conselho de Administração

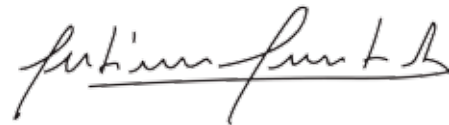
96



António Júlio de Almeida
(Presidente do Conselho de Administração)



João Paulo Salazar Dias
(Vogal do Conselho de Administração)



António Inácio Furtado
(Vogal do Conselho de Administração)

97

14.
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO

PARQUE DE ESTACIONAMENTO
CIDADE UNIVERSITÁRIA



14.
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

100



Certificação Legal das Contas

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22.11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal
T +351 214 123 520
F +351 214 123 539
Avenida Amaga, 30 – 1.º B – 9000-054
Funchal – Portugal
T +351 291 200 540
F +351 291 200 549
E-mail: gt.lisboa@gt.pt

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., as quais compreendem Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 42.078.915 euros e um total de capital próprio de 17.254.322 euros, incluindo um resultado líquido de 2.218.303 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras e nas opiniões dos Revisores Oficiais de Contas das empresas subsidiárias.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd
Capital Social: 31.200 Euros - Contribuinte (Matrícula nº 502 285 794 - inscrita na C.R.C. Cascais)
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 47, na C.M. de Lisboa sob o nº 314



101



2

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

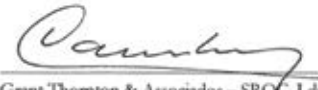
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

11 de abril de 2014



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por C. Lisboa Nunes

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd

14.
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

102



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Edifício Amadeu Sousa Cardoso
Alameda António Sérgio, 22.11.ª Miraflores -
1495-132 Alqueidão - Portugal
T +351 214 123 520
F +351 214 123 539
Avenida Arraia, 30 - 1.ª B - 9000-064
Funchal - Portugal
T +351 291 200 540
F +351 291 200 549
E-mail: gt.lisboa@gt.pt

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2013.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, emitimos o Parecer sobre a informação financeira semestral (relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2013) e o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2014.

Com referência aos documentos de prestação de contas, do exercício findo e 31 de dezembro de 2013 e, em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstrações dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Nesta data, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, emitimos a Certificação Legal das Contas da Sociedade, referentes a 31 de dezembro de 2013, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.

Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd.
Capital Social: 31.200 Euros - Contribuinte / Matriculado n.º 822 286 754 - Inscrição no C.R.C. Comercial
Inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 437, na C.M. de M. sob o n.º 374



103



2

Parecer

Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que a Assembleia Geral da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., ponderando o conteúdo da Certificação Legal das Contas, aprove:

- a) As contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

11 de abril de 2014

O FISCAL ÚNICO



Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Representada por C. Lisboa Nunes

Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd.

A EMEL É MEMBRO

	APCE Associação Portuguesa Comunicação de Empresa
	APVE Associação Portuguesa de Veículos Eléctricos
	LISBOA e-nova Agência Municipal de Energia e Ambiente
	Mob Carsharing
	Turismo de Lisboa Associação de Turismo de Lisboa
	UCCLA União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

A EMEL É PARCEIRA

	EVUE Electric Vehicles in Urban Europe
	Menos Um Carro www.menosumcarro.pt
	Straightsol Strategies and Measures for Smarter Urban Freight Solutions



www.emel.pt

Foto Capa: **Parque Chão do Loureiro**